

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

SEIJI SERON MIYAKAWA

**A ASCENSÃO CHINESA E O PAPEL ESTRATÉGICO DAS RELAÇÕES  
ECONÔMICAS CHINA-AMÉRICA LATINA**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

São Paulo

2022



SEIJI SERON MIYAKAWA

**A ASCENSÃO CHINESA E O PAPEL ESTRATÉGICO DAS RELAÇÕES  
ECONÔMICAS CHINA-AMÉRICA LATINA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de BACHAREL em Ciências Econômicas, sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Ribeiro Jansen Ferreira.

São Paulo

2022

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -  
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Miyakawa, Seiji Seron  
A ascensão chinesa e o papel estratégico das  
relações econômicas China-América Latina / Seiji  
Seron Miyakawa. -- São Paulo: [s.n.], 2022.  
84p ; cm.

Orientador: Mariana Ribeiro Jansen Ferreira.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
Graduação em Ciências Econômicas, 2022.

1. República Popular da China. 2. América Latina.  
3. Economia Internacional. 4. Desenvolvimento  
Econômico. I. Ferreira, Mariana Ribeiro Jansen. II.  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

A Bruno Mammoli Andrade (*in memoriam*),  
amigo e companheiro de luta, cujos sonhos  
foram ceifados pela insânia de um mundo  
decadente.

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho de conclusão de curso é um produto, uma síntese, não somente da pesquisa cujos resultados tal trabalho expõe, mas de tudo que vivenciamos, experimentamos e aprendemos ao longo do curso, seja dentro ou fora da sala de aula. Ao redigirmos a seção de agradecimentos de um trabalho desta natureza, é fácil cometermos injustiças ou nos esquecermos de render nossas justas homenagens a alguém, já que não são poucas as dívidas contraídas no decorrer de toda uma graduação. Espero, naturalmente, evitar tais equívocos, ao mesmo tempo que peço desculpas de antemão caso estes ocorram.

Agradeço, em primeiro lugar, a meus pais, por terem sempre amparado e incentivado minha educação e, sobretudo, por terem apoiado minha decisão de mudar de curso e de faculdade, e de estudar em uma das universidades mais caras e elitizadas do país.

À orientadora deste trabalho, prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mariana Ribeiro Jansen Ferreira, agradeço não apenas por tudo que me ensinou sobre pesquisa e produção de trabalhos científico-acadêmicos, mas também pela compreensão e pelas palavras de encorajamento, em momentos de desventura, e por ter me ajudado com muito mais do que a elaboração desta monografia.

Aos docentes da PUC-SP dos quais eu tive o privilégio de ser discípulo, em especial, àqueles comprometidos com um ensino crítico de economia, vinculado às grandes questões do país e do mundo. Agradeço particularmente à prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Leslie Denise Beloque pelas magistrais aulas de Economia Política e por ter me dado a oportunidade de ser monitor de uma de suas turmas desta disciplina; à prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosa Maria Vieira Berriel, cujas aulas de Formação Econômica do Brasil foram algumas das mais marcantes de todo o curso; e à prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Hutz, por ter me proporcionado o convívio com estudantes de ciências sociais, história, filosofia, e tantos outros cursos. Agradeço ainda à prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Landi e ao prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade, este último, do Departamento de História Econômica da Universidade de São Paulo (USP). As habilidades que adquiri por meio dos projetos de Iniciação Científica que fiz sob orientação de cada um dos dois foram vitais para a realização do presente trabalho.

Ninguém jamais se graduou privado da solidariedade dos colegas de curso, que compartilham conosco anotações das aulas de que nos ausentamos, ajudam-nos a estudar aquelas matérias que são mais difíceis para nós, etc. No entanto, foram poucos os colegas com quem pude estabelecer relações de amizade e de intercâmbio intelectual que transcendessem

esta solidariedade “corporativa”. Registro aqui meus agradecimentos a três deles: Clara Duprat Martini, Gabriela Abud Guidotti e Thiago Pereira Gallian.

Aos amigos Victor Mariutti, por valiosas horas de conversa a respeito dos mais variados assuntos teóricos e políticos, e Jéssica Borges, pelos momentos de descontração, tão necessários quanto os de estudo, leitura e trabalho duro, para o êxito de qualquer pesquisa. Também aos amigos dos tempos do ensino médio com quem pude manter contato até hoje, apesar dos anos transcorridos, e a Wagner Farias da Rocha, pai de uma de minhas amigas daqueles tempos, Isabela, por ter possibilitado, em mais de uma ocasião, que nós nos retirássemos da cidade grande por vários dias, durante nossas férias, a fim de respirarmos ares mais frescos e nos aproximarmos um pouco mais da natureza, aproveitando o relaxamento propiciado por estes retiros para continuarmos nossas incessantes reflexões e debates acerca do passado, presente e futuro da humanidade. Em parte, a escolha do tema desta monografia foi motivada pelas provocações de Wagner em tais viagens.

Ao Laboratório de Estudos em Economia Política da China (LabChina) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e à prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabela Nogueira, coordenadora de tal Laboratório. Não conheço pessoalmente a Dr<sup>a</sup>. Nogueira, nem nenhum dos demais pesquisadores do LabChina, mas a divulgação da literatura corrente a respeito da China feita por este Laboratório forneceu importantes fontes bibliográficas para este trabalho.

À minha namorada, Bárbara Equer Azevedo, pelo carinho e cumplicidade ímpares, especialmente, mas não apenas, nos momentos de provação que a pandemia acarretou de maneira direta ou indireta, e pelo apoio entusiástico à minha produção intelectual e às minhas aspirações acadêmicas.

Por fim, aos meus ex-companheiros de militância, que foram imprescindíveis para minha formação. Espero que este modesto trabalho também possa contribuir, por mais que minimamente que seja, para a causa à qual eles dedicam suas vidas.

## RESUMO

MIYAKAWA, Seiji Seron. **A ascensão chinesa e o papel estratégico das relações econômicas China-América Latina**. São Paulo – SP, 2022. [Monografia de Bacharelado – Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]

A ascensão da China é, provavelmente, a maior transformação econômica do mundo desde fins do século XX. Tal ascensão jamais teria sido possível se uma Revolução não tivesse libertado a China da dominação estrangeira, abolido a grande propriedade fundiária e planejado a economia, permitindo ao país industrializar-se. Objetiva-se demonstrar que a emergência recente da China é resultado da forma particular assumida pela restauração capitalista neste país e das mudanças econômicas globais ocasionadas pela crise capitalista mundial da década de 1970; e que a América Latina adquiriu uma importância estratégica para o suprimento da demanda chinesa de commodities, gerada pelo acelerado crescimento econômico do país. Para a consecução deste objetivo, revisa-se parcela significativa da literatura pertinente e analisam-se dados referentes ao comércio China-América Latina e aos investimentos diretos do país no subcontinente. A contribuição chinesa para a superação da crise dos anos 1970 propiciou o fenômeno da “arbitragem global do trabalho” e permitiu ao país tornar-se o maior produtor e exportador mundial de manufaturas. Ademais, o estoque de investimento direto da China no exterior já é o terceiro maior do mundo. A crescente projeção econômica e geopolítica da China sobre o mundo tem causado atrito entre este país e as potências imperialistas, sobretudo, os EUA, em que pesem as debilidades chinesas no plano tecnológico e militar, entre outros. Embora a China não possa ser considerada um país imperialista *tout court*, as relações econômicas China-América Latina promovem a regressão industrial do subcontinente, assemelhando-se a típicas relações “Norte-Sul”.

**Palavras-chave:** República Popular da China; América Latina; economia internacional; desenvolvimento econômico; socialismo.

## ABSTRACT

MIYAKAWA, Seiji Seron. **China's rise and the strategic role of China-Latin America economic relations**. São Paulo – SP, 2022. [Bachelor's monograph – Faculty of Economics, Business Administration, Accountancy and Actuarial Sciences – Pontifical Catholic University of São Paulo]

China's rise is probably the world's greatest economic transformation since the ending years of the 20<sup>th</sup> century. Such transformation would not have been possible hadn't a Revolution freed China from foreign domination, abolished large landowning property and established economic planning, which finally made the industrialization of the country possible. This work aims to demonstrate that the recent emergence of China is a result of both the particular form assumed by the capitalist restoration of the country and the economic changes occasioned by the world capitalist crises of the 1970's, and also that Latin America became strategically important for China as a supplier of commodities, due to the fast pace of Chinese economic growth thereafter. To achieve that aim, a significant portion of the relevant scientific literature was reviewed and data on China-Latin America trade and Chinese direct investments in Latin America was analyzed. The Chinese contribution to global recovery from the 1970's crisis fostered the "global labor arbitrage" phenomenon and turned the country into the world's largest producer and exporter of manufactured goods. China's stock of overseas direct investment is also the third largest of the world. China's increasing economic and geopolitical projection over the global is generating friction between the country and imperialist powers, especially the US, in spite of Chinese liabilities in the technological and military sphere, among others. Although China cannot be considered an imperialist country *tout court*, China-Latin America economic relations are an additional cause of the latter's industrial regression, thus bearing resemblance to "North-South" relations.

**Keywords:** People's Republic of China; Latin America; international economics; economic development; socialism.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Distribuição mundial do IED chinês, 2015.....	36
Tabela 2 – Fluxos de IED chinês para a América Latina e o Caribe.....	61
Tabela 3 – Distribuição setorial dos fluxos de IED chinês na América Latina.....	63

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportações chinesas para a América Latina.....	51
Gráfico 2 – Importações chinesas da América Latina.....	52
Gráfico 3 – Saldo comercial da China com a América Latina.....	53
Gráfico 4 – Saldo comercial da China com países latino-americanos específicos.....	53
Gráfico 5 – Exportações chinesas de bens para o Brasil.....	54
Gráfico 6 – Exportações chinesas de bens para o Chile.....	55
Gráfico 7 – Exportações chinesas de bens para o México.....	55
Gráfico 8 – Exportações brasileiras de bens para a China.....	57
Gráfico 9 – Exportações chilenas de bens para a China.....	57
Gráfico 10 – Exportações mexicanas de bens para a China.....	58
Gráfico 11 – Índice de complexidade econômica: países selecionados.....	59
Gráfico 12 – Fluxos de IED chinês para a América Latina e o Caribe.....	61

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o Brasil.....	71
Quadro 2 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o Chile.....	73
Quadro 3 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o México.....	75
Quadro 4 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do Brasil para a China.....	77
Quadro 5 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do Chile para a China.....	80
Quadro 6 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do México para a China.....	82

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. A CHINA VERMELHA (1911-1978).....</b>	<b>15</b>
1.1. A Revolução Chinesa.....	15
1.2. O período maoísta.....	18
<b>2. AS REFORMAS PRÓ-MERCADO (1978-2001).....</b>	<b>24</b>
2.1 A restauração capitalista... ..	24
2.2. ... e suas consequências.....	29
<b>3. A ASCENSÃO CHINESA (2001-presente).....</b>	<b>34</b>
3.1. A China hodierna.....	34
3.2. Ásia e América Latina sob a globalização neoliberal.....	43
<b>4. RELAÇÕES ECONÔMICAS CHINA-AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>50</b>
4.1. Comércio.....	50
4.2. Investimentos diretos chineses na América Latina.....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>68</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

A ascensão da China é, provavelmente, a maior transformação econômica mundial desde o fim do século passado. Nas quatro décadas que antecederam a pandemia global de Covid-19, a taxa média de crescimento da economia chinesa foi de 9,5% a.a., três vezes maior que a da economia mundial como um todo. Ao longo deste período, o PIB chinês aumentou cinquenta vezes de tamanho, tornando-se o segundo maior do mundo, e o país tornou-se ainda o maior produtor e exportador mundial de manufaturas, modificando substancialmente a divisão internacional do trabalho até então estabelecida e conquistando também uma grande influência diplomática e geopolítica (Cintra e Pinto, 2017; Mercatante, 2021c).

Em paridade de poder de compra, o PIB da China já supera o dos EUA desde 2014, embora o PIB per capita daquele país seja apenas uma fração do deste, em parte, mas não somente, por causa da dimensão da população chinesa, quatro vezes maior que a estadunidense (Cintra e Pinto, op. cit.). Seja como for, estes extraordinários êxitos econômicos da China jamais teriam sido possíveis se uma Revolução não tivesse reunificado o país e o libertado do jugo imperialista, além de redistribuir a propriedade da terra, abolindo o latifúndio, e planejando a economia, permitindo que a industrialização chinesa, enfim, começasse.

No atual processo de ascensão da China, a América Latina adquiriu uma importância estratégica, sobretudo, no que tange à demanda chinesa por commodities, gerada pelo próprio crescimento acelerado do país. Assim, este trabalho objetiva descrever, em linhas gerais, as principais mudanças econômicas ocorridas na China a partir de 1949, ano de triunfo da Revolução Chinesa, e situar as relações econômicas da China com países latino-americanos no recente processo de emergência chinesa. A velocidade cada vez maior destas mudanças transtorna até mesmo os melhores expoentes da legião, também crescente, de estudiosos da economia e da sociedade chinesas, e das relações da China com o resto do mundo. Tais transtornos foram potencializados pela pandemia da Covid-19, cujos efeitos disruptivos sobre a economia global ainda não cessaram. Por conseguinte, o enfoque deste trabalho sobre as mudanças mais recentes da economia chinesa privilegiará o período anterior a 2020. Para a consecução desses objetivos, foi feita uma pesquisa bibliográfica, complementada por uma análise de dados do comércio chinês com a América Latina, extraídos do Atlas da Complexidade Econômica.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>. <<https://atlas.cid.harvard.edu/>>

Esta monografia divide-se em quatro capítulos, precedidos da presente introdução e sucedidos ainda por considerações finais. O capítulo 1 versa o processo revolucionário chinês e o período em que o país foi governado por Mao Tsé-Tung. Neste capítulo, é definido o conteúdo social do Estado instaurado pela Revolução e são apresentadas, de maneira sucinta, as alterações do regime de propriedade sob Mao, as contradições do processo de industrialização da China, o significado de episódios como o Grande Salto Adiante a Revolução Cultural e os logros do período maoísta que contribuiriam para a posterior emergência do país.

O capítulo 2 discorre sobre as reformas econômicas da China que se seguem à morte de Mao Tsé-Tung. Argumenta-se que tais reformas implicaram uma mudança qualitativa do caráter de classe do Estado chinês, ou seja, uma restauração do capitalismo, em que pese esta ter assumido uma forma comparativamente menos destrutiva do que na URSS e nos países do Leste Europeu. Descreve-se a descoletivização das terras, as privatizações, a reabertura do país ao capital estrangeiro, etc., e enfatiza-se as consequências da restauração capitalista da China sobre as relações de trabalho da própria China e do mundo.

Já o capítulo 3 compreende as transformações mais recentes da economia chinesa, em particular, as que acontecem depois de 2008, visando tornar o crescimento econômico chinês menos dependente das exportações, por meio da elevação tanto da demanda doméstica de consumo quanto dos investimentos diretos do país no exterior. São ressaltados alguns aspectos geopolíticos desta projeção econômica internacional da China, que tem provocado atritos entre este país e aqueles que ainda se encontram no topo da hierarquia econômica e geopolítica global, sobretudo, os EUA. Ainda no capítulo 3, a maneira como as economias da Ásia e da América Latina se reinseriram na economia mundial após a década de 1970 é comparada, de modo a explicitar os marcos objetivos sob os quais se estabelecem as relações econômicas da China com países desta região.

Por fim, o capítulo 4 contém a análise de dados quantitativos referentes a estas relações, a maioria dos quais concerne às duas primeiras décadas do século XXI. São analisados os valores anuais do comércio entre a China e os países da América Latina, bem como a composição das pautas de exportação e importação chinesa para com os maiores parceiros comerciais do país no subcontinente. Ademais, são analisados dados dos investimentos diretos da China na América Latina, obtidos por meio de revisão da literatura pertinente.

## CAPÍTULO 1: A China vermelha (1911-1978)

Neste capítulo, são apresentados os antecedentes históricos do processo de emergência recente da China. A seção 1.1 abrange o período entre a proclamação da República da China, em 1911, e a da República Popular da China, em 1949. Já na seção 1.2, é feita uma apreciação dos esforços de industrialização do país durante os anos de governo de Mao Tsé-Tung.

### 1.1. A Revolução Chinesa

A presente seção será baseada, sobretudo, em Pomar (2003). O fim do regime imperial chinês acarretou, na prática, a repartição do território da China entre senhores da guerra e autoridades coloniais francesas, inglesas e japonesas. Em 1919, é fundado o Partido Nacionalista, o Kuomintang (ou Guomindang). As diretrizes deste Partido, liderado por Sun Yat-Sen, eram: *i*) o nacionalismo, ou a luta contra a dominação estrangeira; *ii*) a democracia, compreendendo não somente o regime político, mas também a questão agrária; e *iii*) o bem-estar do povo, objetivo a ser conquistado por meio da promoção estatal do desenvolvimento econômico-industrial e da distribuição da renda. Já a fundação do Partido Comunista da China (PCCh) acontece dois anos depois, a partir da unificação de círculos de estudo marxistas surgidos da influência da Revolução Russa de 1917.

Sob a liderança de Sun Yat-Sen, os nacionalistas conquistam militarmente a província de Cantão, onde instauram a República do Sul da China; em seguida, aproximam-se politicamente do PCCh e da URSS, associando às três diretrizes do Kuomintang, ou Três Princípios do Povo, as Três Grandes Políticas do Povo: defesa dos interesses das classes operária e camponesa; cooperação com os comunistas; cooperação com a URSS. Esta, em contrapartida, contribui para Sun Yat-Sen fortalecer seu exército, inclusive, instruindo dirigentes do Kuomintang em academias militares soviéticas. Em 1924, ocorre o I Congresso do Kuomintang. Dirigentes do PCCh participam deste Congresso, que os elege também para a direção do Kuomintang. Comunistas e nacionalistas preparam-se, então, para uma campanha conjunta de unificação da China: a Expedição do Norte. A morte de Sun Yat-Sen, em 1925, provoca uma disputa sucessória entre os nacionalistas, atrasando a deflagração de tal campanha. No entanto, o assassinato de manifestantes pela polícia de Xangai, em maio de 1930, gera revoltas em todo o país e precipita o início da Expedição.

Entre 1926 e 1927, o Guomindang e o PC conduziram a Expedição contra os senhores de guerra do norte, criando tendências conflitantes. Senhores de guerra do sul e de outras regiões, assim como parcelas crescentes da burguesia burocrática, aderiam ao Guomindang, mas reforçavam a posição daqueles que desejavam um acordo por cima com os latifundiários e os capitalistas estrangeiros para conquistar o governo central. Em contraposição, camponeses e trabalhadores urbanos também aproveitavam-se da passagem das tropas revolucionárias para organizar-se, executar a reforma agrária e exigir concessões dos patrões (Pomar, 2003; s/p).<sup>1</sup>

Tais conflitos irão culminar no golpe contrarrevolucionário de Chiang Kai-Shek, que antipatizava com o comunismo e tinha sido o vencedor da disputa pela sucessão de Sun Yat-Sen. Em março de 1927, as forças expedicionárias estavam prestes a invadir Xangai. Nesta cidade, uma greve geral insurrecional “[...] havia colocado o poder nas mãos das milícias operárias armadas, mas a direção central do PC ordenou que elas fossem desarmadas e o poder entregue ao Guomindang.” (ibid.) Ao entrar na cidade, as tropas de Chiang Kai-Shek massacram os operários e comunistas.<sup>2</sup> Expulsos do Kuomintang e perseguidos por este, os comunistas irão se refugiar nas zonas rurais do país. Cerca de 30 mil combatentes reúnem-se, então, nas montanhas Chingqang, na fronteira entre as províncias de Hunan e Jiangxi, para formar o Exército Vermelho chinês. Em 1931, é estabelecida a República Soviética de Jiangxi. Assim, a primeira guerra civil, que opôs comunistas e nacionalistas aos senhores de guerra, desembocara na segunda guerra civil, entre os comunistas e os nacionalistas. Contudo, a estratégia da guerrilha rural só é adotada formalmente em 1935, quando Mao Tsé-Tung assume a liderança do PCCh e do Exército Vermelho.

A ocupação de Liaoning, Jilin e Heilongjiang (Mandchúria), em 1931, seguida da instalação do governo Manchuquo, deu início à colonização japonesa da China. Posteriormente, o Japão avançou sobre Hebei, criando a Administração Autônoma Anticomunista, e apresentou ao Guomindang seus Três Princípios de Relações com a China, em que exigia a supressão dos movimentos antinipônicos, a cooperação econômica entre o Japão, a China e o Manchuquo, e um acordo de luta conjunta contra o comunismo (ibid.).

Os vários estratos da sociedade chinesa reagiram de distintas maneiras à invasão japonesa. Os trabalhadores e camponeses inclinavam-se à resistência nacional; os latifundiários, à colaboração com os japoneses, visando o combate ao comunismo e, em particular, ao movimento camponês, que aspirava à redistribuição das terras. A burguesia

<sup>1</sup> Para Pomar, a burguesia “burocrática” ou “compradora” seria uma fração da classe burguesa que se ocupa principalmente do comércio com o exterior e cujos interesses, portanto, confluiriam com os dos capitalistas estrangeiros, divergindo daqueles da burguesia propriamente “nacional”.

<sup>2</sup> Trótski (2020) atribuiu a derrota da Revolução Chinesa de 1925-7 aos erros estratégicos de Stálin, que era, naquele então, o líder *de facto* da III Internacional, ou Internacional Comunista, e orientou o PCCh a se submeter política e organizativamente ao Kuomintang. cf. ainda Albamonte e Maiello (2017).

dividiu-se entre estes dois polos. Tal invasão, ademais, rompia o que havia sido acordado entre o Japão e outras potências imperialistas, a saber, França, Inglaterra e EUA, a fim de acomodar os interesses de cada uma destas potências em relação à China. Na luta contra o colonialismo japonês, até alianças com os capitalistas e latifundiários chineses que tivessem vínculos de interesse com essas potências adversárias do Japão seriam admitidas por Mao Tsé-Tung, que fará sucessivos apelos à cessação da guerra civil e à conformação de uma nova “frente única anti-imperialista” ao longo dos anos subsequentes. Tais apelos serão sempre rejeitados por Chiang Kai-Shek até este ser sequestrado, em dezembro de 1936, por seus próprios generais, receosos de que ele estivesse disposto a entregar a China ao inimigo estrangeiro contanto que isto lhe permitisse esmagar os comunistas de uma vez por todas.

Ironicamente, Chiang Kai-Shek será salvo pelo PCCh, que despachou Zhou Enlai para negociar com os sequestradores os termos do esforço comum contra o imperialismo japonês. Mesmo assim, o líder nacionalista irá evitar tanto quanto pôde comprometer-se com este esforço comum, compromisso que só assumira realmente em agosto de 1937. Em troca do reconhecimento do governo nacionalista pelos comunistas, o Exército Vermelho foi integrado ao Exército Nacional, embora mantendo sua organização autônoma e seu poder sobre os territórios que tinha conquistado por conta própria. Todavia, coube quase que exclusivamente ao Exército Vermelho carregar o fardo da luta contra o Japão, pois a intenção dos nacionalistas era se aproveitar do desgaste das forças comunistas para poder sobrepujá-las tão logo o agressor estrangeiro tivesse sido repellido. Contra tais forças, os japoneses usaram a estratégia de “queimar tudo, matar tudo, pilhar tudo”, de modo a deteriorar as relações entre o PCCh e a população das regiões sob o controle deste. Houve escaramuças entre comunistas e nacionalistas. Aqueles, no entanto, tentavam impedir a qualquer custo uma ruptura da aliança anti-japonesa, e argumentavam que a China amadurecera apenas para uma revolução de caráter nacional-democrático, não socialista, de maneira que o programa político do PCCh não seria antagônico aos princípios de Sun Yat-Sen.

Até a reforma agrária tinha sido suspensa pelo PCCh e, nos territórios ocupados pelo Exército Vermelho, somente as terras dos latifundiários que colaboraram com os japoneses eram expropriadas e distribuídas aos camponeses. Nestes territórios, os comunistas ainda incentivavam empreendimentos capitalistas privados. Ainda assim, as tensões entre comunistas e nacionalistas tornaram-se cada vez maiores. Findada a Segunda Guerra Mundial, a terceira guerra civil chinesa não tardaria a eclodir, apesar de todas as concessões que os comunistas estavam dispostos a fazer em prol de um governo de coalização com os nacionalistas. Estes nunca pretenderam compartilhar o poder com aqueles, e só se dispuseram a negociar para

ganhar tempo, enquanto não eram capazes de lançar uma nova ofensiva. Os comunistas, por sua vez, só puderam ser vitoriosos depois que abandoaram a política de adiamento da reforma agrária, adotada a fim de aplacar os latifundiários “sensatos”, que se opunham à ocupação japonesa, e de evitar, por conseguinte, a ruptura com o Kuomintang (Albamonte e Maiello, 2017).

## 1.2. O período maoísta

A República Popular da China é proclamada por Mao Tsé-Tung, na Praça da Paz Celestial (ou Tiananmen), em Pequim, em 1º de outubro de 1949, consagrando o triunfo da revolução proletária. Costa (2014) nota que este triunfo é posterior ao “termidor soviético”, isto é, ao processo de degeneração burocrática da URSS, provocada pelo isolamento e pelo atraso econômico da Rússia e pela destruição do país por quatro anos de guerra mundial e três de guerra civil. Tal processo, elucidado por Leon Trótski, resultou na usurpação do poder político por uma casta burocrática, cujos interesses sociais seriam antagônicos aos dos trabalhadores. Costa (op. cit.) ressalta que o termo “casta” é usado por Trótski porque, segundo ele, a burocracia stalinista não era uma classe social. Ainda eram as relações de produção engendradas pela Revolução de Outubro que determinavam o caráter de classe do Estado soviético, apesar de este ter se burocratizado. No entanto, o caráter proletário do Estado só podia ser mantido por meio de uma “revolução política” que reestabelecesse o pluripartidarismo, a liberdade sindical e a democracia dos soviets, os conselhos operários que existiam nos primeiros anos da Revolução. Caso contrário, a restauração do capitalismo seria inevitável (Trotsky, 1980; Costa, op. cit.).

Consequentemente, Trótski definia a URSS de Stálin como um Estado operário *degenerado*.<sup>3</sup> No entanto, a Revolução de 1949 não envolveu organismos similares aos soviets russos, de modo que alguns marxistas caracterizaram a China maoísta como um Estado operário *deformado*, isto é, burocratizado desde o seu surgimento (Costa, op. cit.). Por meio da Revolução, conquistou-se a unificação territorial da China, à exceção de Macau, Hong Kong e Taiwan, que permaneceram sob o domínio de Portugal, da Grã-Bretanha e do regime

---

<sup>3</sup> No entendimento de Trótski, o socialismo pressupõe não só o predomínio da propriedade estatal dos meios de produção, mas também um nível de desenvolvimento das forças produtivas superior ou, no mínimo, comparável ao dos países capitalistas mais avançados. Logo, a natureza do regime social e econômico da URSS não era “socialista”, mas sim de *transição* entre o capitalismo e o socialismo (Trotsky, 1980).

nacionalista, respectivamente.<sup>4</sup> Este último continuou sendo reconhecido internacionalmente como o legítimo representante do povo chinês, ao invés da República Popular, que foi bloqueada pela Sétima Frota dos EUA (Pomar, op. cit.; Mercatante, 2021). Nogueira (2019) afirma que as ameaças militares irão exercer grande influência sobre toda a política econômica do período maoísta, que objetivará, por exemplo, uma melhor distribuição regional das indústrias chinesas.

Antes da Revolução Comunista de 1949, a estrutura produtiva da economia chinesa era essencialmente agrária e a pequena base industrial (menor do que a da Índia quando o país se tornou independente e menor do que a da Rússia em 1914) era formada por indústrias leves, a maioria de capital estrangeiro e concentradas em poucas cidades do nordeste ou próximas à costa (como Xangai, Tianjin, Qingdao e Guangzhou), onde estrangeiros autodeclararam privilégios especiais a partir das Guerras do Ópio (1839-42 e 1856-60) e da ocupação japonesa (1931-45). Estima-se que menos de 2% dos trabalhadores estivessem empregados em atividades industriais “modernas” (ou não-artesanais), dominadas por bens de consumo de baixo valor agregado, como têxteis, cigarros e moagem de farinha. O grosso da população (89%) vivia nas zonas rurais, trabalhando em uma área agrícola de apenas 10% do território total (Nogueira, 2019; p. 31).

A reforma agrária foi concluída em 1952, dois anos após a promulgação da Lei da Reforma Agrária (Nogueira, 2019; Pomar, op. cit.), e foi essencial para o processo de industrialização subsequente, que dependia da capacidade do setor primário de: *i*) fornecer matérias-primas e alimentos para a indústria e os trabalhadores urbanos; *ii*) proporcionar os excedentes, ou o capital “primitivo”, a serem investidos na indústria; e *iii*) criar mercado consumidor para os produtos industriais (Milaré e Diegues, 2012). As consequências da reforma agrária foram, entretanto, uma crescente divisão socioeconômica do campesinato e a obstaculização do emprego de técnicas modernas, que pudessem elevar a produtividade agrícola, uma necessidade premente, já que o índice de área agricultável per capita da China é um dos menores do mundo (Nogueira, 2019; Pomar, op. cit.).

Seguindo a linha da revolução nacional e democrática, o novo governo só modificou a estrutura da economia urbana chinesa na parte referente às propriedades estrangeiras e do capital burocrático chinês, que foram conquistadas e transformadas em propriedade estatal. Ao lado desse setor estatal, continuariam a existir os setores individual, capitalista, coletivo ou cooperativo, e misto estatal-privado. Na indústria, o setor capitalista era predominante com 63,3% do total, enquanto o setor estatal detinha o resto, ou 34,7%. No comércio atacadista, o setor capitalista detinha 85,1% do total das empresas, enquanto o setor estatal possuía apenas 14,9%. No artesanato e no pequeno comércio, da mesma forma que no campo, o setor individual predominava com mais de 90% de todas as propriedades. Os setores coletivo ou cooperativo e misto estatal-

---

<sup>4</sup> Nos anos finais do século XX, a transformação de Hong Kong e Macau em “regiões administrativas especiais” da República Popular da China é feita de maneira negociada entre esta e as potências que colonizaram aquelas duas localidades.

privado eram embrionários, com participação insignificante até 1953-1954. (Pomar, op. cit.; s/p)

Contudo, as dimensões do setor estatal se ampliarão progressivamente, em especial, a partir de 1953, ano de início do primeiro Plano Quinquenal chinês. Naquele ano, o Estado já era responsável por 56% do valor da produção industrial, “enquanto 26,9% provinham de empresas mistas estatais-privadas ou de empresas capitalistas operando sob contrato do Estado.” (ibid.) Começava, então, a industrialização da China, que acarretou uma limitação do consumo dos trabalhadores e camponeses na medida em que não pôde usar de poupança externa, seja por causa do isolamento do país pelas potências ocidentais, seja porque a URSS tampouco estava em condições de conceder empréstimos à China naquele momento. Chegado o ano de conclusão do Plano, a renda média das famílias camponesas havia caído mais de 20%. Para mitigar esta queda, foi preciso reduzir as exportações de cereais, o que inibiu a arrecadação de divisas e, conseqüentemente, a importação de maquinário e equipamentos industriais. Houve também desequilíbrios entre as indústrias pesada e leve, provocando escassez e encarecimento dos bens de consumo, que tiveram de ser racionados (ibid.).

Um logro importante do primeiro Plano Quinquenal foi o aumento de 340% do valor bruto da produção de maquinário industrial, um ramo estratégico da indústria, o qual fornece meios de produção aos demais ramos e setores da economia e, portanto, determina as possibilidades de crescimento desta a longo prazo (Milaré e Diegues, op. cit.). Entre 1952 e 1957, o valor da produção industrial total aumentou de 27 para 65 bilhões de yuans. Ainda foi notável o crescimento dos setores energético e de insumos industriais, como aço e cimento, e da produção de caminhões, navios e trens (ibid.). As insatisfações geradas pelo esforço industrializante motivaram o Movimento das Cem Flores, um debate público a respeito de como desenvolver a economia chinesa e, ao mesmo tempo, elevar o bem-estar do povo e satisfazer novas necessidades sociais, criadas pela Revolução e pelo próprio desenvolvimento econômico. No entanto, o Movimento foi logo descontinuado, por meio da repressão, por ter suscitado greves, manifestações e outros protestos de toda sorte, que se tornaram intoleráveis para a burocracia maoísta.<sup>5</sup> Seguiu-se, então, uma “retificação” da política do PCCh e uma tentativa de descentralizar a produção e organizá-la de forma “comunista” ou coletivista o mais amplamente possível: o Grande Salto Adiante (Pomar, op. cit.).

---

<sup>5</sup> Pomar (2003) alega que os excessos dos críticos permitiram a ação de “elementos anti-socialistas” e “sabotadores” e que a repressão foi desmesurada, abatendo-se sobre inocentes, o que foi reconhecido posteriormente pelo PCCh.

Em 1958, já no curso do segundo Plano Quinquenal, a direção do PC[Ch] planejou, por meio de uma grande mobilização social, duplicar a produção de aço naquele ano (de 5,3 milhões de toneladas para 10,7 milhões de toneladas) e unificar as cooperativas agrícolas em comunas populares. Milhões de camponeses e trabalhadores urbanos transformaram-se em fabricantes de aço em altos-fornos de quintal. Nas comunas populares, outros milhões foram mobilizados para a construção de obras hidráulicas, como barragens, diques contra inundações e canais de irrigação (ibid., s/p).<sup>6</sup>

Entretanto, o aço produzido daquele modo era de baixíssima qualidade, e a quantidade realmente produzida, tanto de aço quanto de grãos, foi sobre-estimada. Ademais, a descentralização ocasionou ineficiências alocativas cujas consequências foram agravadas pela ocorrência de desastres naturais. A produção colapsou, provocando fome. A economia chinesa ainda seria impactada negativamente pela deterioração das relações diplomáticas do país com a URSS, que retirou da China, em 1960, os técnicos que havia enviado anteriormente. O governo teve de reduzir metas de crescimento econômico, redistribuir a força de trabalho nacional entre a cidade e o campo e reestabelecer, neste último, algumas formas de produção privada. A explicação do fracasso dividiu o PCCh. Para alguns, a ação de “forças espontâneas capitalistas” fora a causa do fracasso; para outros, as forças produtivas do país ainda não tinham se desenvolvido o suficiente para comportar um grau tão elevado de socialização das relações de produção. Um dos integrantes mais proeminentes desta segunda ala, rotulada como “seguidores do caminho capitalista”, era Zhou Enlai, proponente das Quatro Modernizações: agricultura; indústria; defesa nacional; ciência e tecnologia (Pomar, op. cit.). Para Costa (op. cit.), as formas que assumiu a luta política entre as duas alas do PCCh assemelham-se às de uma guerra civil.

A Revolução Cultural iniciada em 1966 e entendida em seu tempo como um processo antiburocrático, seria também um grande expurgo realizado com o duplo objetivo de a um só tempo calar as críticas internas pelos efeitos do Grande Salto Adiante, e disseminar os valores maoistas [sic] contra a convivência pacífica instaurada pela URSS. Para isso, Mao Tsé Tung alentou a mobilização da juventude contra “os valores burgueses”, e autorizou que cada indivíduo se voltasse contra os agora denominados direitistas, muitos deles provenientes da intelectualidade e mesmo da alta cúpula do partido comunista. Deng Xiapoping que mais tarde será o responsável pela abertura do país, fora um dos expurgados, e mesmo Zhou Enlai não passaria incólume à ação da Guarda Vermelha (ibid., p. 71).<sup>7</sup>

<sup>6</sup> “Em 1956, [...] 97% das famílias camponesas haviam ingressado nas cooperativas de tipo superior, em que a propriedade da terra e dos meios de produção era coletiva” (Pomar, 2003; s/p).

<sup>7</sup> A “coexistência pacífica” com os EUA e o Ocidente capitalista como um todo é a orientação política seguida pelos partidos comunistas alinhados ao Kremlin a partir de 1956, ano do XX Congresso do Partido Comunista da URSS (PCUS), famoso pelas denúncias de Nikita Kruchóv contra seu antecessor, Stálin, falecido três anos antes. Precursora do eurocomunismo, a coexistência pacífica implicava que a emergência de outros Estados “socialistas” além da URSS e as posições sindicais e parlamentares conquistadas pelos partidos comunistas nos demais países do mundo após a Segunda Guerra Mundial permitiriam que tais países chegassem ao socialismo por meios não violentos (Costa, 2014).

A insatisfação com os efeitos negativos do Grande Salto e, mais em geral, com os sacrifícios e penúrias causados pelo processo de “acumulação primitiva” da indústria pôde, então, ser instrumentalizada por Mao Tsé-Tung contra seus adversários políticos. Universidades foram fechadas e intelectuais foram banidos para o campo para serem “reeducados” por meio do trabalho braçal. Assim como o Movimento das Cem Flores, a Revolução Cultural ameaçou sair do controle de Mao. Ocorreram enfrentamentos entre o exército e os jovens que integravam as Guardas Vermelhas, as quais serão rapidamente dissolvidas. O clima de perseguição aos “seguidores do caminho capitalista” irá durar até a morte de Mao, em 1976 (Costa, op. cit.; Pomar, op. cit.). Todavia, Milaré e Diégues (2012) argumentam que, em alguma medida, a Revolução Cultural e o Grande Salto Adiante contribuíram para o desenvolvimento da China, e até para a recente ascensão econômica e geopolítica do país, ao romperem o “imobilismo tradicional” da sociedade chinesa.

A ampliação da infraestrutura de irrigação e da produção de insumos agrícolas seriam outro grande legado econômico de Mao. Entre 1952 e 1978, a produção anual de fertilizantes químicos aumentou de 39 mil para 8,69 milhões de toneladas; a de fertilizantes nitrogenados, de 7 mil para 257 mil toneladas; e a de pesticidas, de 2 mil para 533 mil toneladas. No mesmo período, a área irrigada cresceu de 20 para 44 milhões de hectares. “O gasto total com agricultura, que era de 0,9 bilhão de yuan em 1952, atingiu a marca de 15,1 bilhões ao final da era Mao, evidenciando o empenho governamental em desenvolver a agricultura – ainda a principal fonte de renda dos trabalhadores.” (ibid., p. 375) A proporção do emprego rural sobre o total caiu de 87% para 76% entre 1972 e 1978. No entanto, a indústria e a agricultura representavam, neste último ano, 36% e 37% do PIB, respectivamente, enquanto esta última, em 1952, respondia por mais de 70% do PIB (Milaré e Diégues, op. cit.).

Nogueira (2019) assinala, ademais, que a organização comunal da agricultura melhorou os índices de alfabetização do país e o acesso da população à saúde e a outros serviços básicos, o que reduziu a mortalidade infantil e elevou significativamente a expectativa de vida dos chineses. Entretanto, a qualidade daqueles serviços era maior nas cidades do que no campo, assim como os salários médios, e uma particularidade do processo de industrialização da China é que, durante o período maoísta, tal processo não acarretou um aumento da urbanização. Em 1982, a população rural chinesa ainda correspondia a 85,6% dos habitantes do país, tendo diminuído apenas 3,2 pontos percentuais desde 1950. Calcula-se que a indústria cresceu, em média, 9,2% a.a., e o PIB, de 4% a 6% a.a. Já os investimentos brutos crescem de 10% para 20% do PIB, durante o primeiro Plano Quinquenal, e chegam a 36,5%, em 1978. No período, a taxa anual média de investimento bruto foi de 28% do PIB. Para Nogueira, o calcanhar de

Aquiles da economia dos tempos de Mao era a produtividade agrícola, que cresceu somente 0,17% a.a. A produtividade agregada aumentou 1,78% a.a., e a da indústria, 3,25% a.a. em média<sup>8</sup> “A produção de grãos cresceu, em média 2,1% ao ano entre 1957 e 1978, praticamente idêntica ao crescimento populacional de 2,0% ao ano.”

---

<sup>8</sup> Entre 1978 e 1995, a produtividade agrícola e a produtividade agregada do trabalho irão crescer 4,27% e 4,74% a.a., respectivamente (Nogueira, 2019).

## **CAPÍTULO 2: As reformas pró-mercado (1978-2001)**

Neste capítulo, discorre-se acerca da reorientação da economia chinesa que se inicia sob a direção de Deng Xiaoping, sucessor *de facto* de Mao. A seção 2.1 versa a descoletivização das terras, a abertura da economia chinesa aos investimentos estrangeiros, as privatizações, em suma, os elementos constitutivos do processo de alteração da natureza de classe do Estado chinês. Na seção 2.2 são descritas as mudanças das relações de trabalho chinesas que tal processo acarretou.

### **2.1. A restauração capitalista...**

Em 1972, a China é visitada pelo então presidente dos EUA, Richard Nixon. Tal visita resulta no reestabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre os dois países e no reconhecimento pela Organização das Nações Unidas (ONU) da República Popular como o legítimo governo da China, ao invés do regime nacionalista, sediado em Taiwan. A reaproximação entre os EUA e a China maoísta também contribuiria para a superação da crise ocasionada pelo “[...] esgotamento das três décadas do pós II Guerra Mundial de crescimento econômico praticamente ininterrupto nos países centrais” (Costa, op. cit.; p. 79). Esta crise...

“[...] se manifestou como produto do excesso de capacidade produtiva ociosa não planejada, decorrente do aumento da produtividade do setor manufatureiro dos países centrais, que se alia a desequilíbrios monetários, advindos de uma corrida especulativa contra o dólar. Ainda que a crise aberta durante o início da década de 1970 seja até hoje comumente denominada como a “crise do petróleo” devido à elevação repentina do seu preço, este foi apenas um dos fatores responsável [sic] pela sua emergência, que em verdade atendia a motivações muito mais estruturais. A elevação de acúmulo de dólares por fora do controle do banco central norte-americano levou a uma situação de liquidez desordenada, [...] resultando em uma sobreacumulação de capital (ibid., p. 80).

A fim de mitigar os efeitos da crise global sobre a economia dos EUA, estes rompem unilateralmente o acordo de Bretton-Woods, abolindo a conversibilidade do dólar em ouro, ao que se segue a ofensiva neoliberal contra os sindicatos, os direitos trabalhistas e o “Estado de bem-estar social”, perpassando arrocho salarial, terceirização, precarização do trabalho, privatizações, liberalização comercial e financeira, etc. Este conjunto de medidas acarretou um “inchaço” da esfera financeira,<sup>1</sup> além do deslocamento de boa parte da atividade industrial

---

<sup>1</sup> Costa (2014) refere-se a uma proliferação de capitais “especulativos” e “voláteis”, evitando o uso do termo “financeiro” para descrever este fenômeno, de maneira a diferenciá-lo daquele que, para Lenin (2012), define rigorosamente o “capital financeiro”: a fusão dos capitais industrial e bancário.

mundial para a Ásia, propiciado pelas cadeias globais de valor<sup>2</sup> (Corsi, dos Santos e Camargo, 2019; Costa, op. cit.; Hung, 2018). As reformas pró-mercado da China atuaram, portanto, como causa contra-arrestante da lei da queda tendencial da taxa de lucro, enunciada no livro III de *O capital* (Marx, 2017), em que o “comércio exterior” é elencado ainda como uma das principais contra-tendências à lei.

O acordo de Nixon com Mao foi fundamental para o que Costa (op. cit.) considera ser o início do processo de restauração capitalista da China, ainda que tal processo tenha começado somente após a morte de Mao, em 1976. Dois anos mais tarde, a Terceira Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh ratifica as Quatro Modernizações, assentando o triunfo da ala partidária que priorizava o desenvolvimento das forças produtivas e a atração de capital estrangeiro visando transferências de tecnologia. A “modernização” da agricultura implicou a dissolução das comunas rurais. Em 1982, instituiu-se o usufruto privado da terra, cedida contratualmente pelo Estado aos camponeses, que devem vender uma determinada quantidade de produtos agrícolas prioritariamente ao Estado, por um preço também pré-fixado. Em contrapartida, o produto que excede esta cota contratualmente definida pertence apenas aos próprios camponeses e pode ser comercializado livremente por estes. Em 1979, as primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) são estabelecidas nas cidades de Shenzhen, Zuhai, Shantou e Xiamen, visando a atração de investimento estrangeiro direto (IED) por meio de uma oferta abundante de mão de obra barata, isenções fiscais e vantagens de outra natureza. Inicialmente, as ZEEs condicionavam o influxo de capital estrangeiro na China à criação de *joint ventures* entre empresas chinesas e estrangeiras e à aceitação de outras obrigações contratuais, como o reinvestimento de uma porcentagem dos lucros e a transferência de tecnologia (Costa, op. cit.; Mercatante, 2021c; Pomar, op. cit.).

Grosso modo, as Zonas Econômicas Especiais se destacariam por atuarem como totalmente de acordo com as exigências do mercado, sob uma lógica tipicamente capitalista, diferenciando-se dessa forma da economia embasada no planejamento central, até então dominante (Costa, op. cit.; p. 88).

Contudo, as ZEEs foram comercialmente deficitárias até 1982 e, a princípio, não acarretaram transferências de tecnologia relevantes. A construção da infraestrutura necessária ao funcionamento das *joint ventures*, que produzem para exportação, ocasionou gastos elevados, e os impactos destes gastos sobre as contas públicas foram majorados pela corrupção.

---

<sup>2</sup> “A fragmentação dos processos de produção e a dispersão internacional de tarefas e atividades no interior destes levou à emergência de sistemas de produção sem fronteiras – que podem ser cadeias sequenciais ou redes complexas, e que podem ser globais, regionais, ou abarcar só dois países. Estes sistemas são os comumente chamados de cadeias globais de valor” (UNCTAD *apud* Mercatante, 2021b; p. 62 – tradução nossa).

(Costa, op. cit.). “As tentações criadas pela exposição ao Ocidente e pelo controle político relaxado nas Zonas Econômicas Especiais provocaram ondas de atividade criminosa: contrabando, comércio ilegal, corrupção, suborno, e roubo de bens do Estado” (Martí *apud* Costa, op. cit.; p. 89). Todavia, as ZEEs foram expandidas para mais de uma dezena de novas localidades, em 1984. Antes que a década de 1980 chegasse ao seu fim, “praticamente toda o litoral chinês, desde a fronteira com a Coréia, no nordeste, até a fronteira com o Vietnã, a sudoeste, tornou-se uma faixa econômica aberta ao exterior” (Pomar, op. cit.; s/p).

Tal como no passado, as consequências deletérias das transformações econômicas da China gerarão revolta, não só entre trabalhadores e camponeses, mas também entre estudantes e intelectuais,<sup>3</sup> revolta esta que culminará no Massacre da Praça da Paz Celestial. Costa (op. cit.) nota que a mídia ocidental e o PCCh coincidem em sua interpretação deste polêmico episódio da história recente da China como a repressão a um movimento que supostamente almejava a substituição do “socialismo” pelo capitalismo e da ditadura do PCCh por uma democracia liberal de tipo ocidental. No entanto, as reivindicações de Tiananmen eram concernentes ao aumento da desigualdade de renda, a carestia de vida, a corrupção e os privilégios dos governantes, bem como à falta de meios de controle da população sobre estes últimos. Uma das principais reivindicações era, por exemplo, a publicização da renda familiar dos membros da casta política.<sup>4</sup> Ainda segundo Costa, a verdadeira índole do movimento de Tiananmen é corroborada pela semelhança deste com outros que o precederam, como o Democracia, suscitado também pelo fracasso da intervenção militar chinesa contra o Vietnã, em 1979, durante a quimérica guerra entre este país, alinhado politicamente à URSS, e o Camboja, conflagração que

[...] foi alvo de diversas discussões entre analistas marxistas e de outras orientações teóricas, já que pela primeira vez na história um Estado operário, mesmo que profundamente deformado pela casta burocrática governante, se lançava militarmente contra outro. A importância desse fato transcende as implicações do conflito militar tomado em si mesmo, e assume a característica de ter sido uma verdadeira transformação qualitativa no abandono da estratégia da revolução internacional, e na primazia da política tipicamente marcada pelos interesses nacionais tão alheia a toda a orientação historicamente presente na tradição política contida no marxismo clássico (Costa, op. cit.; p. 86).

<sup>3</sup> “No final da década de 1980, o então secretário geral do PCCh, Zhao Ziyang, decidiu, sob os auspícios de Deng Xiaoping, encarar uma reforma econômica de orientação claramente neoliberal, liberalizando todos os preços em pouco tempo. Isto teve como resultado um aumento da inflação, que chegou a 21% em 1988.” (Mercatante, 2021b; p. 162 – tradução nossa)

<sup>4</sup> Na contramão do entendimento de Costa, Nogueira (2018) considera o conteúdo das manifestações de Tiananmen propenso à uma liberalização radical da economia e à contestação do poder do PCCh.

Os protestos de Tiananmen acontecem em 1989, mesmo ano em que o bloco soviético colapsaria, e consolida a política do PCCh, a um só tempo, liberalizante, no plano econômico, e avessa a qualquer liberalização, no plano político. Nos três anos posteriores à revolta, o pânico que esta havia incutido na burocracia deslocou o equilíbrio de forças interno do PCCh em benefício das alas mais temerosas de uma aceleração das reformas econômicas (Mercatante, 2021c). Contudo, os segmentos da sociedade chinesa que resistiam à restauração do capitalismo haviam sido, enfim, derrotados pela burocracia. Para Costa (op. cit.), a mudança do caráter de classe do Estado chinês consuma-se no XIV Congresso do PCCh, celebrado em 1992. Tal Congresso aprovou uma resolução que, pela primeira vez, não menciona a planificação e estabelece como objetivo a instauração de uma economia “socialista de mercado”. Também em 1992, o Politburo (Birô Político) do PCCh emite aos membros do Partido o Documento Central nº 2, que definia o maoísmo ortodoxo como um perigo maior do que os desvios de direita da linha política do Partido. No vocabulário deste, “socialismo” tornou-se sinônimo de “[...] qualquer política econômica que melhorasse a qualidade de vida do povo. Em vista dessa percepção, o capitalismo, uma vez que melhorava o padrão de vida, não era mais capitalismo, mas socialismo embora com características chinesas” (Martí apud Costa, op. cit.; p. 103).

A natureza capitalista adquirida pela China nos anos posteriores à repressão de Tiananmen também transparece na constatação de que “a chegada do capital estrangeiro à economia superou todas as expectativas: de 1990 a 2003 ingressaram mais de 480 bilhões de dólares, o que constitui 97% do IED desde 1979” (Chingo *apud* Costa, op. cit.; p. 105). Na década de 1990, é permitido o investimento estrangeiro nas capitais de todas as províncias da China e em várias outras localidades do país, e as estatais chinesas são reestruturadas segundo critérios de desempenho capitalistas (Pomar, op. cit.; Mercatante, 2021c). Tal reestruturação foi auxiliada por bancos de investimento estadunidenses, como Goldman Sachs e Morgan Stanley, que “fizeram do setor corporativo de propriedade estatal chinês o que este é hoje” (Walter e Howie *apud* Mercatante, 2021c; p. 162-3 – tradução nossa). A partir de 1995, é implementada a política de “segurar o grande e soltar o pequeno”, ou seja, algumas estatais são transformadas em “campeãs nacionais” por meios como a concessão diferenciada de crédito, a restrição à concorrência, etc., enquanto as demais são privatizadas, originando uma nova burguesia doméstica (Mercatante, 2021c; Nogueira, 2018).

Para os novos capitalistas que se tornaram proprietários dos ex-ativos estatais, as privatizações [...] foram feitas de maneira absolutamente favoráveis, [sic] num processo que muitas vezes se pareceu mais com a transferência de ativos do que propriamente com a venda. Os beneficiários foram agentes com conexões prévias com as empresas, sobretudo ex-gerentes das fábricas e lideranças políticas locais. Geralmente, eles

próprios precificavam o valor dos ativos, o que implicava em preços irrisórios ou muito baixos, perdão de dívidas e crédito subsidiado para os compradores sem capital prévio – um processo que, na literatura, foi resumido como uma “privatização para os de dentro”. Há inclusive inúmeros registros de ex-gerentes ou lideranças que não desembolsaram nada, tendo levado a compra adiante por meio de empréstimos a serem pagos com a lucratividade futura da própria empresa privatizada (Nogueira, 2018; p. 8).

Logo, é umbilical o atrelamento entre a classe capitalista doméstica, engendrada pelas privatizações, e a burocracia estatal e do PCCh. De 1995 a 2003, o número de empresas estatais e de propriedade coletiva diminuiu de 118 mil para 54 mil. As proporções do setor estatal e coletivo da economia chinesa se reduziram de 90,2% da produção industrial, em 1990, para 27,5%, em 2011, e de 72,6% do investimento em ativos fixos, em 1994, para 27,6%, em 2015, enquanto as do setor privado doméstico cresceram de 5,4% para 29,9% da produção industrial e de 11,5% para 30,15% do investimento em ativos fixos nos anos respectivos (Nogueira, 2018). Assim como as privatizações, as expropriações rurais foram outro “poderoso mecanismo de concentração do capital e promoção dos capitalistas domésticos” (ibid., p. 11). Tal mecanismo foi especialmente importante nos anos 2000, sempre segundo Nogueira (2018).

Por lei, os governos locais da China podem se apropriar das terras que tinham sido cedidas aos camponeses, ainda que a quantidade de camponeses que podem ser expropriados desta forma anualmente seja limitada. Estima-se que, até 2006, 70 milhões de camponeses tenham sido expropriados, mediante indenizações cujo valor também foi estimado entre 1% e 10% do que pagaria o concessionário subsequente pelo usufruto da mesma terra. Em 1994, foi realizada uma reforma fiscal que tornou mais centralizada a arrecadação, mas não o dispêndio. As expropriações tornaram-se, então, um meio para flexibilizar as restrições fiscais a que os governos locais foram sujeitados pela reforma, ao ampliar a disponibilidade de terras urbanas, passíveis de serem usadas em empreendimentos imobiliários e industriais, incrementando a receita tributária destes governos. A conversão de terras rurais em urbanas interessava ainda ao capital privado, pois a urbanização abrupta do país, ocorrida após o período maoísta, provocou uma elevação igualmente súbita dos preços das terras urbanas, retroalimentada pela especulação. Muitas vezes, as terras expropriadas e transformadas em urbanas foram re-concedidas por meio não de licitação, e sim de negociação direta entre governos locais e capitalistas, e existem casos em que a nova concessão foi feita praticamente de graça (ibid.).

## 2.2. ... e suas consequências

Entre 1950 e 2000, o comércio internacional da China cresceu de US\$ 1,13 bilhão para cerca de US\$ 400 bilhões, e a participação das manufaturas na pauta de exportação de bens chinesa aumentou de 46,5%, em 1958, para 88,8%, trinta anos mais tarde. Em 2001, a China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC). No ano seguinte, o estoque de investimentos diretos de origem estrangeira no país alcançou os US\$ 600 bilhões, superando o estoque de investimentos deste tipo destinados aos EUA e tornando a China o maior receptor de IED do mundo. Ainda em 2002, a dívida externa chinesa era inferior a US\$ 150 bilhões, enquanto as reservas internacionais do país ultrapassavam os US\$ 260 bilhões. Neste ano, mais de 6.000 empresas chinesas já investiam no exterior. Outra façanha do “socialismo com características chinesas” foi a diminuição da população do país vivendo abaixo da linha da pobreza, de 250 milhões, em 1993, para 30 milhões, ao final do século passado (Pomar, op. cit.).

No entanto, Costa (op. cit.) e Mercatante (2021c) ressaltam que tais êxitos se explicam, em boa medida, pelas “vantagens do atraso” chinês. O fato de a China ser menos industrializada e urbanizada do que a URSS e de o PIB chinês ser consideravelmente menor que o soviético quando o capitalismo foi restaurado acarretou que, em alguns aspectos, o processo de desmantelamento e reestruturação da indústria estatal ocasionado pela restauração fosse menos oneroso naquele país do que neste. Mesmo assim, uma parcela expressiva da população chinesa foi desfavorecida pela restauração. No período maoísta, as relações de trabalho eram regidas pelo princípio da *tigela de arroz de ferro*. Logo, os salários eram determinados não por cada empresa, e sim pelo Estado, de maneira centralizada. Este, ademais, era responsável por garantir não só o direito ao emprego, mas também à moradia, à aposentadoria e o acesso a serviços como saúde e educação, e a provisão de todos estes benefícios era organizada por “unidades de trabalho”<sup>5</sup>. As privatizações significaram, portanto, o desmonte da proteção social e a mercantilização de tais direitos e serviços, além de uma elevação dos números relativos a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais (Braga e Nogueira, 2020; Costa, op. cit.; Maciel e Moura, 2014; Nogueira, 2018; Pomar, op. cit.).

A abertura do país ao capital estrangeiro não foi o único fator determinante da mudança das relações de trabalho que acontece a partir dos anos 1980, quando 85% da força de trabalho

---

<sup>5</sup> “As unidades de trabalho eram um espaço onde os trabalhadores de determinadas empresas moravam. Elas estavam localizadas nos próprios centros urbanos, ao lado do local de trabalho.” (Maciel e Moura, 2014; p. 144)

urbana da China ainda era empregada por empresas estatais.<sup>6</sup> À tal abertura, soma-se a geração de empregos a um ritmo menor que o do crescimento populacional chinês e, ainda, o regresso às cidades daqueles que a Revolução Cultural tinha mandado para o campo, segundo Maciel e Moura (op. cit.). As primeiras mudanças foram “a introdução de prêmios e bônus para aumentar a produtividade do trabalhador, o sistema de contrato de trabalho e a implantação dos níveis salariais com base na produtividade.” (ibid., p. 146) Em 1986, todas as estatais já tinham acedido ao sistema contratual, o que pôs fim à garantia universal de emprego. De 1993 a 2003, cerca de 50 milhões de trabalhadores foram demitidos por efeito das privatizações. A maioria destas demissões acontece entre 1996 e 1999, quando a média anual foi de 7 milhões. Ao final desse período, as estatais tornaram-se responsáveis por apenas 4% do emprego total, e o setor público como um todo, por 7%. Nos primeiros anos do século XXI, 65% do PIB e 80% do crescimento econômico da China já eram provenientes do setor privado. As demissões e as novas condições de trabalho, bem como as demais consequências da “quebra” da tigela de ferro, provocaram descontentamento social e, por conseguinte, novos protestos, embora não uma revolta de proporções nacionais, comparável à de Tiananmen (Braga e Nogueira, 2020; Costa, op. cit.; Maciel e Moura, 2014; Nogueira, 2018).

Enquanto a classe trabalhadora chinesa socialista minguava, aparecia [...] um exército de cem a duzentos milhões de emigrantes camponeses muito mais parecidos a uma “classe trabalhadora” no sentido de Marx, por carecer de privilégios e sofrer uma exploração sem paliativos. Durante a grande expansão econômica chinesa dos anos 1990, essa classe não conheceu aumentos de salários, nem horários de trabalho, e sofreu uma grande quantidade de abusos e estafas em suas condições de trabalho. Essa classe trabalhadora rural foi chave para atrair o investimento estrangeiro à China, ocupou os postos nas fábricas de manufaturas para a exportação, e os andaimes da grande urbanização e obras de infraestruturas (Poch-de-Feliu *apud* Costa, op. cit.; p. 110).

Nas economias subdesenvolvidas, é típica a existência de uma “grande fatia de emprego informal, sua maioria [sic] de baixa produtividade, baixos salários e com rede precária de proteção social, de um lado, convivendo com as ilhas capitalistas de produtividade e salários mais elevados, de outro” (Braga e Nogueira, op. cit.; p. 58). A restauração capitalista da China imprimiu ao mercado de trabalho do país este mesmo caráter dual. A diferença é que a informalidade dos trabalhadores chineses se caracteriza fundamentalmente pela discriminação aos migrantes internos desprovidos de registro domiciliar, ou *hukou*, urbano. A divisão da classe trabalhadora chinesa em duas foi consubstanciada pela Lei do Trabalho, que priva de direitos

---

<sup>6</sup> Em 1978, as estatais empregavam 14% da força de trabalho total, as cooperativas urbanas, 5%, e o funcionalismo público, 4%. Outros 2/3 dos 402 milhões de trabalhadores chineses se ocupavam das comunas rurais (Braga e Nogueira, 2020).

trabalhistas os indivíduos empregados fora de seus respectivos *hukou* e desobriga o Estado de prover assistência social a tais indivíduos, que vivem como imigrantes “ilegais” em seu próprio país (Braga e Nogueira, op. cit.; Costa, op. cit.; Maciel e Moura, 2014; Mercatante, 2021c).

Na China, a legislação trabalhista inexistia até 1994. Havia somente resoluções políticas de natureza recomendatória, cujos efeitos práticos sobre as condições de trabalho eram nulos, segundo Maciel e Moura (op. cit.). As denúncias destas condições por ONGs e pela mídia ocidental comparavam-nas às da escravidão e dos primórdios da Revolução Industrial, e contribuíram para a ocorrência de uma onda de greves, apesar de estas serem ilegais. Assim, o governo foi compelido a promulgar a Lei do Trabalho. Adequando-se aos preceitos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Lei instituiu formalmente a jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais, além do dia de folga semanal e da limitação das horas extras a um máximo de 3 horas por dia e 36 horas por mês, estipulando o pagamento de 150% do valor da hora regular, se a hora extra tiver sido trabalhada em um dia da semana; 200%, se tiver sido no fim de semana; e 300%, em feriados. No ano seguinte, a jornada semanal legal foi reduzida para 40 horas. Porém, as greves continuaram sendo proibidas, sob pena de demissão, e a Lei do Trabalho não estipulou um piso salarial nacional, o que só aconteceria em 2004.

Ademais, o desrespeito à Lei do Trabalho era generalizado, em decorrência de uma série de fatores: a fiscalização era precária, e o governo, conivente com tal desrespeito; as punições pelo descumprimento da Lei eram, na maioria dos casos, brandas; e a Lei mesma era falha, não prevendo tempo máximo para a assinatura do contrato de trabalho, nem o pagamento de indenizações por rescisão contratual, e tampouco definindo as obrigações assumidas pelos empregadores ao firmarem contratos de experiência. Em 2002, uma pesquisa feita com 83 empresas, na cidade de Shengzhou, constatou que somente 16% destas assinavam contratos, 32% *não* atrasavam o pagamento de salários, e 11% atrasavam três meses ou mais. Trabalhava-se 11 horas por dia ou mais nas 83 empresas, e a maioria não pagava as horas extras conforme determina a Lei. Ainda segundo Maciel e Moura (op. cit.), outras empresas coagem seus empregados a assinar “contratos de vida ou morte”, eximindo-as de responsabilidade por qualquer acidente de trabalho e até de pagar indenizações à família dos trabalhadores que suicidassem.<sup>7</sup> Por meio de legislação posterior, brechas da Lei que prejudicavam os

---

<sup>7</sup> São por demais conhecidos os sucessivos episódios de suicídio entre trabalhadores da Foxconn, uma subcontratada da Apple e de várias outras empresas famosas do ramo de eletrônicos. O nome fantasia da Hon Hai Precision Industry Company, “Foxconn”, é uma alusão à suposta capacidade que a empresa teria de montar os produtos de suas contratantes tão rapidamente quanto uma raposa (*fox*, em inglês). Apesar de sediada em Taipei, a Foxconn é a maior exportadora da China continental, empregando 1,4 milhão de trabalhadores em 15 províncias e nas quatro principais cidades do país, e é um exemplo paradigmático de empresa que explora o trabalho migrante. cf. Chan, Ngai e Selden (2013).

trabalhadores foram corrigidas e a desigualdade jurídica entre trabalhadores migrantes e não-migrantes foi reduzida. Porém, o descumprimento das leis trabalhistas chinesas ainda é sistemático (Costa, op. cit.; Maciel e Moura, op. cit.).

Em 2005, os migrantes compunham 46% da força de trabalho urbana, ou o equivalente a 125 milhões de pessoas; em 2010, eram 163 milhões, ou 53%. Estima-se que sejam trabalhadores migrantes, sem *hukou* urbano, cerca um terço da população de Pequim e de Zhejiang e 12 milhões dos 14 milhões de habitantes de Shenzhen. Em toda a China, 80% da mão de obra da construção civil e quase 70% da mão de obra da indústria manufatureira são migrantes. Em 2006, uma pesquisa oficial determinou que o salário mensal de 39,26% dos migrantes era de 500 a 800 yuans, 3,5% ganhavam menos de 300 yuans mensais, 29,26% ganhavam de 300 a 500 yuans e 27,9%, mais de 800 yuans. Já a média salarial mensal dos trabalhadores urbanos era de 1750 yuans. Nas empresas estatais, esta média era de 1842 yuans (Braga e Nogueira, op. cit.; Costa, op. cit.; Maciel e Moura; op. cit.).<sup>8</sup> A dualização do mercado de trabalho foi uma das principais causas da piora drástica da distribuição de renda entre os chineses, decorrente também das privatizações, da especulação imobiliária, do desmonte da proteção e da assistência sociais, da mercantilização dos serviços públicos e da persistência de grandes desigualdades regionais, especialmente, entre a cidade e o campo chineses. Em 1978, o índice de Gini da China atingiu a mínima histórica de 0,27; ao final da década de 2000, este mesmo índice se aproximava dos 0,50 (Nogueira, Guimarães e Braga, 2019).<sup>9</sup> Finalmente, a barateza do trabalho migrante chinês foi crucial para a ocorrência do fenômeno que o economista-chefe do Morgan Stanley, Stephen Roach, denominou “arbitragem global do trabalho”, conforme notam Mercatante (2021) e Chingo ([2007-8]): um nivelamento por baixo dos níveis salariais globais, efetuado por meio da deslocalização dos processos produtivos,

<sup>8</sup> À taxa de câmbio PPP (paridade de poder de compra) de 2006, 800 yuanes equivalem a cerca de US\$ 278,00, ou R\$ 305,00, segundo os dados da plataforma Quandl (<[https://www.quandl.com/data/ODA/CHN\\_PPPEX-China-Implied-PPP-Conversion-Rate-LCU-per-USD](https://www.quandl.com/data/ODA/CHN_PPPEX-China-Implied-PPP-Conversion-Rate-LCU-per-USD)>; <[https://www.quandl.com/data/ODA/BRA\\_PPPEX-Brazil-Implied-PPP-Conversion-Rate-LCU-per-USD](https://www.quandl.com/data/ODA/BRA_PPPEX-Brazil-Implied-PPP-Conversion-Rate-LCU-per-USD)>. Acesso: jun 2021).

<sup>9</sup> O índice de Gini pode variar entre 0 (zero) e 1 (um). O índice 0 atesta igualdade perfeita, ou seja, que a renda de todo e cada indivíduo é exatamente a mesma. O índice 1 atesta a desigualdade perfeita, ou seja, que um único indivíduo detém toda a renda e o resto da população não têm renda alguma. Portanto, a desigualdade de renda é maior quanto maior é o índice, e vice-versa. Nogueira, Guimarães e Braga (2019) notam que a desigualdade de renda entre os chineses aumentou concomitantemente à renda da parcela mais pobre da população da China. Entre 1978 e 2015, a renda média per capita da metade mais pobre da população adulta cresceu 4,74%, neste país, e 0,3%, nos EUA. No mesmo período, a renda média per capita do 1% mais rico da população adulta cresceu 8,81% e 3,65%, respectivamente. A partir de 2009, o Gini chinês descreve uma trajetória descendente, caindo para 0,46, em 2016. Esta queda é resultado de medidas que o PCCh adotou a fim de aliviar o descontentamento social e diminuir a incidência de greves e protestos de distintas naturezas, cujas causas se relacionam, em grande medida, à desigualdade. Ainda segundo Nogueira, Guimarães e Braga, o perfil distributivo da China atual é mais igualitário que o dos EUA, da África Subsaariana, do Oriente Médio ou o de países como Índia e Brasil, mas menos que o da Europa ocidental ou do Japão, por exemplo.

possibilitada pelas cadeias globais de valor. A restauração do capitalismo, tanto na China quanto na URSS e nos países do Leste Europeu, e a proliferação das relações capitalistas de produção em países como a Índia, disponibilizaram ao capital 1,5 bilhão de novos trabalhadores, duplicando a oferta global de força de trabalho (Costa, op. cit.; Chingo, op. cit.; Mercatante, 2021).<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Se se pondera o número de trabalhadores de cada país pela porcentagem das exportações sobre o PIB, “a oferta global de força de trabalho real se quadruplicou entre 1980 e 2005, e a maior parte deste aumento acontece depois de 1990. O leste asiático contribuiu com a metade deste incremento, [...] enquanto a Ásia do Sul e os países do ex-bloco do Leste dão conta de aumentos menores” (Jaumotte e Tytell *apud* Chingo, [2007-8]; p. 34 – tradução nossa).

## CAPÍTULO 3: A ascensão chinesa (2001-presente)

O objeto deste capítulo são as alterações mais recentes da economia chinesa, que proporcionaram uma crescente projeção econômica e geopolítica da China sobre o globo, e tornaram mais tumultuosas as relações entre este país e as potências prejudicadas, em maior ou menor medida, pela emergência chinesa. Na seção 3.1, enfoca-se as mudanças do período pós-2008, seja no âmbito interno do país, seja no âmbito internacional, que transformaram a China em um fator da maior relevância global. Na seção 3.2, é comparada a trajetória recente da China e de outras economias da Ásia, de modo geral, a das economias latino-americanas, a fim de determinar o papel de umas e outras na atual divisão internacional do trabalho, e expõe aspectos institucionais das relações econômicas chinesas com países da América Latina.

### 3.1. A China hodierna

Após a adesão da China à OMC, houve um novo aumento do IED destinado ao país, bem como um aumento das exportações chinesas. De 1990 a 2018, a participação chinesa nas exportações mundiais de bens manufaturados elevou-se de 1,17% para 14% do total, sobrepujando as da Alemanha, dos EUA, do Japão e da França, que foram responsáveis, respectivamente, por 9,26%, 8,63%, 4,67% e 4,04% do comércio mundial de manufaturas, neste último ano. A princípio, foram os segmentos mais trabalho-intensivos das cadeias globais de valor que se instalaram na China, por meio do IED. Entretanto, a pauta exportadora chinesa foi se sofisticando tecnologicamente e, como será explicado na seção 3.2, o país se transformou no “grande vendedor” do mundo e em financiador daquela que ainda é a potência hegemônica global, os EUA, que também é o principal comprador dos produtos chineses. Contudo, a dinâmica de crescimento pujante da economia chinesa dependia consideravelmente das exportações e, logo, foi comprometida pela forte queda do comércio internacional provocada pela crise que eclode em 2008, quando “estoura” a bolha imobiliária estadunidense (Corsi, dos Santos e Camargo, 2019; Hiratuka, 2018; Mercatante, 2021c).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Hiratuka (2018) contesta a importância usualmente atribuída às exportações para o crescimento econômico da China. Para Hiratuka, este crescimento explica-se, sobretudo, pelo processo de urbanização, que implica investimentos de monta em infraestrutura, e foi favorecido ainda pelo planejamento estatal. Já o setor externo teria contribuído mais como fonte de divisas e de tecnologia do que de demanda. Em contrapartida, Hung (2018) afirma que o investimento em ativos fixos só pôde motorizar a economia chinesa à medida que o acúmulo de divisas do país permitiu uma expansão da oferta de crédito. Por causa da crise global, os patamares de endividamento da economia chinesa têm subido a um ritmo maior que o do acúmulo de reservas internacionais da China, que declinam a partir de 2014.

Mesmo tendo se recuperado de tal queda, o comércio internacional tem crescido a taxas menores que a do PIB mundial, ao contrário do que acontecia antes da crise. Em 2012, o crescimento anual da economia chinesa foi inferior a 8% pela primeira vez neste século. A retração do comércio mundial e o recrudescimento das tensões geopolíticas, também causado pela crise, suscitaram uma tentativa de reorientar a economia chinesa para o mercado interno, visando ainda a diminuição de desigualdades sociais e regionais e dos impactos ambientais da intensa atividade econômica do país e a ampliação da cobertura dos sistemas de saúde e previdenciário da China, de modo a criar um certo “Estado de bem-estar social” (Cintra e Pinto, 2017; Hiratuka, 2018; Mercatante, 2021c).<sup>2</sup> A elevação do consumo das famílias, entretanto,

[...] não ocorreu no nível esperado; os salários aumentaram, mas em níveis incapazes de absorver partes significativas do que o país produz e exporta. A resistência dos capitalistas multinacionais exportadores, mas também da burguesia chinesa, em sacrificar a vantagem competitiva que representam os salários comparativamente baixos impediu este “rebalanceamento”. A demanda interna foi estimulada acelerando os investimentos, criando obras de infraestrutura faraônicas e desenvolvimento imobiliário em grande escala, o que alimentou bolhas que começaram a se manifestar desde antes de 2015 (ante o que o governo atuou para tratar de contê-las contando com a vantagem do sistema financeiro nacionalizado) (Mercatante, 2021c; p. 164 – tradução nossa).

Concomitantemente, incrementou-se o investimento em infraestrutura da China no exterior, particularmente, por meio da Nova Rota da Seda, também conhecida como *Belt and Road Initiative* (Iniciativa do Cinturão e Rota) ou *One Belt, One Road* (Um Cinturão, Uma Rota), e se ampliaram as relações comerciais e de investimento entre a China e outros países ditos “em desenvolvimento”, sobretudo, mas não somente, na Ásia,<sup>3</sup> havendo ainda uma redução relativa do comércio chinês com o Ocidente e o Japão (Cintra e Pinto, op. cit.; Hiratuka, op. cit.; Hung, 2018; Medeiros e Cintra, 2015; Mercatante, 2021).

---

<sup>2</sup> Entre 2005 e 2016, a média salarial industrial chinesa triplicou para US\$ 3,60, ultrapassando as médias do Brasil e do México e se aproximando das de Portugal e Grécia. O salário mínimo, por sua vez, aumentou de 350 yuans, ou R\$ 90,00, para 1240 yuans, ou R\$ 930,00, entre 2004 e 2018. O aumento real foi de 255% e, embora o valor nominal do salário mínimo chinês seja semelhante ao do brasileiro, o poder de compra da moeda chinesa é maior. A elevação dos níveis salariais chineses é, por um lado, uma das políticas de expansão do consumo doméstico e de redução das desigualdades e, por outro, uma concessão do PCCh visando apaziguar os protestos de operários e camponeses. Tal elevação já tem provocado um deslocamento de indústrias da China para países como Tanzânia e Vietnã, onde os salários são mais baixos (Braga e Nogueira, 2020; Hung, 2018).

<sup>3</sup> Referenciando-se em Lenin (2012), Hung (2018) explica o aumento dos investimentos da China no exterior pela queda da taxa de lucro decorrente da contração do comércio internacional que a crise acarretou. Os níveis de utilização da capacidade produtiva das indústrias chinesas declinaram, revelando uma superacumulação (ou sobreacumulação) de capital, o qual precisa, então, ser exportado para localidades em que as taxas de lucro sejam superiores. “Foi exatamente assim que o capital industrial do centro foi realocado para a Ásia e para a China depois dos anos 1970. Agora é a vez da China se tornar a vítima desse efeito e ter a necessidade de exportar capital” (ibid., p. 7).

Em 2015, a China se tornou a segunda maior fonte de IED, atrás somente dos EUA, totalizando US\$ 145,7 bilhões, ou 9,9% dos fluxos daquele ano. O estoque de investimentos diretos da China no exterior, por sua vez, ultrapassou os US\$ 1 trilhão, tornando-se o 8º maior do mundo e representando a 4,4% do estoque mundial de IED (Hiratuka, op. cit.). Quatro anos depois, o estoque de investimentos diretos chineses no exterior já equivalia a 6% do total mundial, tornando-se o 3º maior do mundo. A proporção do maior estoque de investimentos diretos no exterior, o dos EUA, diminuiu de 36%, em 2000, para 22%, em 2019, embora esta porcentagem ainda seja três vezes maior que a do segundo maior estoque: o dos Países Baixos. No começo deste período, o estoque de IED de origem chinesa era só 0,37% do total. Assim, o estoque chinês aumentou 71 vezes em 18 anos (Mercatante, 2021b, 2021d).

Tabela 1 – Distribuição mundial do IED chinês, 2015 (US\$ bilhões)

Região	FLUXO		ESTOQUE	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Ásia	108,4	74,4	769	70
América Latina	12,6	8,7	126,3	11,5
Europa	7,1	4,9	83,6	7,6
América do Norte	10,7	7,4	52,2	4,8
África	3	2	34,7	3,2
Oceania	3,9	2,7	32,1	2,9
<b>Total</b>	<b>145,7</b>	<b>100</b>	<b>1.097,9</b>	<b>100</b>

Fonte: adaptado de Hiratuka (2018), p. 15.<sup>4</sup>

Os objetivos do IED chinês são:

*i)* garantir acesso às fontes de recursos naturais por meio de uma política agressiva de investimentos externos liderados por grandes empresas estatais; *ii)* buscar maior competitividade para as firmas chinesas; *iii)* obter maior tecnologia para as corporações chinesas por meio de aquisição de empresas estrangeiras, notadamente na Europa e nos Estados Unidos; *iv)* garantir demanda no curto prazo para a capacidade produtiva ociosa da indústria pesada chinesa; e *v)* aumentar a influência política da China no mundo, sobretudo na Ásia e seu entorno, por meio da realização dos investimentos, com destaque para os megaprojetos de infraestrutura (Cintra e Pinto, 2017; p. 395).

A maior parte dos investimentos diretos da China no exterior é realizado por empresas estatais. Contudo, esta parcela retraiu de 90% do total, em 2010, para 60%, em 2020. Tal queda é síncrona à expressiva ampliação do IED de origem chinesa como um todo, o que denota um

<sup>4</sup> Hiratuka ressalta que estes dados, produzidos pelo Ministério do Comércio da China (MOFCOM), contêm distorções na medida em que incluem paraísos fiscais. Segundo tais dados, 96% dos investimentos diretos da China na América Latina efetuados em 2015 destinaram-se a Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas.

acelerado crescimento do IED chinês privado. Todavia, a distinção entre empresas estatais e privadas deve ser relativizada: embora as estatais sejam proprietárias de cerca de 1/4 das empresas privadas, muitas estatais são empresas de capital aberto e boa parte dos acionistas destas empresas são, portanto, agentes privados. Aproximadamente 2/3 de todos os ativos do setor industrial chinês são de propriedade estatal. Em 1995, as estatais chinesas respondiam por cerca de 2/3 das exportações do país, e as empresas de capital total ou parcialmente estrangeiro, por quase todo o terço restante. Em meados da década de 2010, a participação das estatais chinesas nas exportações do país já tinha caído para cerca de 10%, e os outros 90% dividiam-se de maneira aproximadamente igual entre empresas de capital estrangeiro e empresas chinesas privadas. Em outras palavras, as exportações destas últimas aumentaram de praticamente zero para cerca de 45% do total no decurso de pouco mais de 20 anos (Mercatante, 2021c, 2021d). A maioria dos produtos de alta tecnologia, entretanto, ainda é exportada por empresas estrangeiras.

Empresas coreanas como Samsung ou LG fazem sua própria montagem na China e se situam entre os 10 principais exportadores do país. Mas empresas multinacionais como a Apple operam na China por meio da terceirização. Em 2015, das 10 principais empresas exportadoras, só duas eram de origem chinesa. O principal exportador do país nesse ano foi a Hon Hai Precision Industry (Foxconn), empresa de origem taiwanesa que realiza metade do seu faturamento montando telefones para a Apple. Outras cinco empresas desta origem estiveram também entre os 10 maiores exportadores da China em 2015 e, junto com a Foxconn, somaram 71% do total exportado por este top 10, e 11% das vendas totais do país. As únicas duas empresas chinesas eram a Huawei e a petroleira Sinopec (Mercatante, 2021c; p. 167 – tradução nossa).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que, em 2018, as estatais chinesas respondiam por 82% das dívidas corporativas não financeiras do país. O fato de as estatais conseguirem se financiar e expandir seus investimentos, a despeito de serem menos lucrativas que as empresas privadas, revela o quanto o funcionamento “normal” da lei do valor é tolhido pelo Estado chinês, que dispõe de vários meios para intervir no processo de acumulação capitalista, entre os quais, a política salarial, cambial e de juros e o controle da conta de capitais e do sistema financeiro como um todo<sup>5</sup> (Cintra e Pinto, 2017; Mercatante, 2021c; Nogueira, 2018). Mesmo a política de “segurar o grande e soltar o pequeno” visava a “[...] consolidação de empresas estatais estrategicamente posicionadas, controlando os nós da

---

<sup>5</sup> A maior parte do sistema bancário chinês é direta ou indiretamente controlada por cinco bancos comerciais de propriedade estatal: Banco da China, Banco Industrial e Comercial da China, Banco de Construção da China, Banco Agrícola da China e Banco das Comunicações (Nogueira, Guimarães e Braga, 2019).

acumulação (inclusive com forte ação anticíclica)”, como os setores energético, siderúrgico e de telecomunicações, por exemplo (Nogueira, 2018; p. 10).

A capacidade ímpar de intervenção econômica do Estado chinês é uma consequência daquilo que Mercatante (2021) denomina “dialética revolução-restauração”, isto é, da forma como a burocracia chinesa pôde restaurar o capitalismo conservando o poder de Estado, diferentemente do que aconteceu na URSS e nos Estados operários da Europa oriental.<sup>6</sup> Por outro lado, um indicador do quanto a economia chinesa permanece sendo regida, sim, pela lei do valor são os patamares do endividamento total, público e privado, desta economia, que quadruplicou, de 2008 a 2020, alcançando 317% do PIB (Mercatante, 2021c).<sup>7</sup> A interdição parcial da vigência da lei do valor não impediu que a desigualdade de renda aumentasse drasticamente, como se lê ao final do capítulo anterior, nem que a China se tornasse em 2019:

[...] o país com a maior população dentro dos 10% mais ricos do mundo (ainda que os EUA continuem liderando no 1% mais rico). Ou seja, há um estrato nada desprezível que se encontra nos níveis mais altos da riqueza global, por mais que possa ser “raquítico” seu peso social na população da China. Em quantidade de bilionários, está no topo da lista, com 799 ultra-ricos que somam uma riqueza de 1,12 bilhões (quase 10% do tamanho de sua economia). Tem mais bilionários que os dois países que a seguem somados: EUA (626) e Índia (137) (ibid., p. 172 – tradução nossa).

Todavia, o controle estatal do sistema financeiro e da conta de capitais propicia à China uma “relativa autonomia em relação à financeirização sob hegemonia do dólar” (Nogueira, 2018; p. 16). Isto não significa que não houve uma “financeirização com características chinesas”, e sim que esta ocorreu de forma distinta da do resto do mundo, já que “não deslocou as empresas produtivas das suas atividades originais, transferindo uma fatia do seu faturamento diretamente ao mercado financeiro, sem passar pela produção”, nem “veio compensar a queda nos salários por meio do endividamento das famílias, para assim assegurar o consumo mesmo sem massa salarial” (ibid., p. 16-7).

O controle de capitais implica que boa parte dos fluxos financeiros para a China assumem a forma de participação acionária nas estatais, seja diretamente, seja por meio de *holdings*, fundos ou seguradoras. A abertura do capital das estatais chinesas e a securitização destas tornaram-se sustentáculos importantes da acumulação, do crescimento econômico e, por

<sup>6</sup> Alguns, como Nogueira (2018), qualificam o capitalismo chinês como “de Estado” a fim de enfatizar esta capacidade do Estado chinês de direcionar a acumulação capitalista e até de “disciplinar”, em alguma medida, os capitalistas do país.

<sup>7</sup> O *default* da Evergrande, uma incorporadora imobiliária chinesa de grandes dimensões, atesta os limites do uso do crédito para tentar mitigar a desaceleração econômica do país, assinalados por Mercatante (2021c). cf. Seow (2021).

consequente, da projeção geopolítica da China, além de evitarem uma piora ainda maior da distribuição da renda entre os chineses à medida que contém a instabilidade financeira e os choques externos (Nogueira, 2018; Nogueira, Guimarães e Braga, 2019).

Entretanto, a “financeirização com características chinesas” tem gerado pressões de “capitalistas vermelhos” por uma liberalização maior, que lhes favoreceria, propiciando ganhos especulativos.<sup>8</sup> As disputas entre frações da burguesia chinesa que se beneficiam de um maior ou menor grau de liberalização financeira escalaram a ponto de envolverem até o uso do aparelho repressivo do Estado contra os adversários. Tais disputas teriam motivado a campanha anticorrupção lançada por Xi Jinping, em 2012, que acarretou a prisão de vários membros do alto escalão da burocracia, tanto civil quanto militar, ao longo dos anos subsequentes, bem como a de bilionários e capitalistas, em especial, aqueles que enriqueceram por meio da finança (Nogueira, 2018).

A internacionalização da moeda chinesa, o renminbi, visa ainda diminuir, na medida do possível, o uso do dólar nas transações da China com o resto do mundo, e conservar as margens de manobra de que o país dispõe, portanto, em um momento de maiores tensões entre as potências globais. Cintra e Pinto (2017) notam que a China tem tentado transformar Xangai em uma praça financeira de relevância global. Ademais, o país tem feito acordos cambiais com os demais membros dos BRICS<sup>9</sup> e com os países da ASEAN+3<sup>10</sup>, e fomentado a criação de organismos multilaterais independentes dos EUA, como o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, sediados em Xangai e Pequim, respectivamente.<sup>11</sup> Foi criado também um mercado *offshore* de renminbi, altamente volátil, em Hong Kong.

Ainda segundo Cintra e Pinto, a internacionalização do renminbi procede lentamente porque o governo chinês tenta, de modo inédito, internacionalizar a moeda que emite restringindo, ao mesmo tempo, a conversibilidade desta moeda, a fim de conservar os mecanismos de controle que tal governo possui sobre a conta de capital do país. Em abril de

---

<sup>8</sup> “Em março de 2017, durante a 5ª sessão do 12º Congresso Nacional do Povo, executivos dos setores financeiro e da construção civil criticaram abertamente os controles de capitais como instrumentos que dificultam as aquisições chinesas no exterior” (Nogueira, 2018; p. 18 – passagem idêntica, em inglês, encontra-se em Nogueira, Guimarães e Braga, 2019; p. 458).

<sup>9</sup> Acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (*South Africa*, em inglês), algumas das economias chamadas de “emergentes”.

<sup>10</sup> A ASEAN, ou Associação das Nações do Sudeste Asiático (do inglês, *Association of Southeast Asian Nations*), é um bloco econômico composto por Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã. Além destes países, a ASEAN+3 inclui China, Coréia do Sul e Japão.

<sup>11</sup> Ao mesmo tempo, a China tem exigido maior representação em organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Tal exigência tem sido razoavelmente bem recebida, inclusive, por alguns países do Ocidente desenvolvido (Li, 2016).

2014, foi estabelecida uma banda cambial diária de 2% e, em agosto de 2015, houve uma desvalorização de 1,9% do renminbi e uma nova flexibilização parcial do câmbio, medidas que geraram fortes pressões sobre a conta de capital, tornando necessária uma rápida intervenção da autoridade monetária chinesa. Em dezembro de 2014, a moeda chinesa tornou-se a quinta mais usada em transações internacionais e, um ano depois, foi incluída na composição dos Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional (FMI), respondendo por 10,92% da cesta de moedas. A participação do dólar em tal cesta caiu de 41,9% para 41,73%; a do euro, de 37,4% para 30,93%; a do iene, de 9,4% para 8,33%; e a da libra esterlina, de 11,3% para 8,09%.

A inclusão na cesta de moedas que compõe os Direitos Especiais de Saque permitirá que os bancos centrais aloquem uma pequena parte das suas reservas internacionais em renminbi, tornando-a uma moeda-reserva secundária, semelhante à libra esterlina ou ao iene. É muito pouco provável, no entanto, que o renminbi esteja perto de alcançar o status de uma importante moeda-reserva global (como o dólar). E há zero de possibilidade que o renminbi substitua o dólar como principal moeda-reserva do mundo nas próximas décadas (Cintra e Pinto, op. cit.; p. 393).

Segundo Mercatante (2021d), o processo de ascensão da China é motivo de duas controvérsias difíceis de serem dissociadas, mas que não são idênticas. Uma é se o país se caracteriza ou não como uma potência “imperialista”; outra é se este país já é capaz de competir com os EUA pela hegemonia global. Para este autor, ambas as questões se esclarecem quando se compara as atuais disputas entre os EUA e a China àquelas que, a meados do último século, culminaram na substituição da Grã-Bretanha pelos EUA como potência hegemônica. Na década de 1920, o nível de desenvolvimento das forças produtivas da Grã-Bretanha já era inferior ao dos EUA e da Alemanha, os dois novos candidatos a *hegemon*. Em contrapartida, a produtividade horária da economia chinesa pôde se multiplicar por 15 em um período de 40 anos e, ainda assim, continuar sendo só 1/5 da dos EUA e da Alemanha e menos de 1/3 da do Japão. Obviamente, estes números são afetados pelo tamanho da população chinesa, mas são também o resultado “sintético” da discrepância que existe entre regiões como...

[...] a ultramoderna localizada no sudeste, onde se encontram os desenvolvimentos tecnológicos e o “Silicon Valley” chinês (Shenzen) e toda a indústria exportadora, com altos níveis de produtividade e alguns estratos sociais – minoritários – com elevada capacidade de consumo; e outra onde se mescla um desenvolvimento industrial que se apoia se realiza [sic] aceleradamente mas sobre bases técnicas obsoletas, com amplas zonas rurais. [...] No agro, a preservação da produção em parcelas individuais (submetidas a pressões à mercantilização completa da terra e sua concentração) se choca com o desenvolvimento da produção capitalista em grande escala, que busca açambarcar mais território (Mercatante, 2021c; p. 171 – tradução nossa).

A dialética revolução-restauração exacerbou o desenvolvimento desigual e combinado da China.<sup>12</sup> Esta tornou-se, assim, o país que mais sedia empresas arroladas na *Global 500*, um ranking das 500 maiores empresas do mundo elaborado anualmente pela revista *Fortune*. Segundo Mercatante (2021c, 2020d), 119 das 500 empresas que figuraram na edição de 2019 deste ranking são chinesas, sendo a maioria destas empresas chinesas estatais. Depois da China, o principal país-sede das *Global 500* é, obviamente, os EUA. No entanto, as 99 empresas estadunidenses que aparecem no ranking de 2019 da *Fortune* possuem, ao todo, menos ativos do que as 119 chinesas e, ainda assim, a receita total das empresas estadunidenses é maior que a das chinesas. “Para cada Huawei que compete no mundo, há cinco empresas chinesas no ranking com poucos negócios fora do país” (Mercatante, 2021d; p. 192 – tradução nossa). Isto não acontece entre as empresas dos EUA, do Japão ou de países da União Europeia listadas no ranking, a esmagadora maioria das quais “[...] têm negócios internacionais muito extensos e dominam cadeias globais de valor ou as finanças internacionais” (ibid.).

O ano de 2019 foi também o primeiro em que a China foi responsável pelo maior número de novas patentes, sendo seguida por EUA, Japão, Alemanha e Coreia do Sul. No mesmo ano, a Comissão Europeia publicou um ranking das 2500 empresas que mais investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Classificando-se os países por quantidade de empresas neste ranking, a China fica em segundo lugar, a frente do Japão e da Alemanha e atrás somente dos EUA. Se o critério de classificação for o total gasto pelas empresas de cada país em P&D, a China cai para o terceiro lugar, sempre segundo Mercatante (2021d). Entre as 50 primeiras indústrias do ranking da Comissão Europeia, 22 são estadunidenses, oito são alemãs, seis são japonesas e somente duas são chinesas: Huawei e Alibaba, ocupando a 5ª e a 28ª posição, respectivamente. No plano do mercado mundial, os países tecnologicamente mais avançados

---

<sup>12</sup> A heterogeneidade das estruturas produtivas e sociais da China é apreendida por Mercatante (2021) e Costa (2014) por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado, enunciada no primeiro capítulo de *A história da Revolução Russa*, de Leon Trótski (Trotsky, 2017), intitulado *Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia*. Sínteses satisfatórias de como foi concebida a lei do desenvolvimento desigual e combinado e de qual sentido adquire esta lei no pensamento e na trajetória histórica e política de Trótski encontram-se em Löwy (1998) e na primeira seção de Demier (2007). Em resumo, Trótski afirma que os países “atrasados” não reproduzem a história dos “adiantados” ao se apropriarem das conquistas materiais e espirituais destes últimos, pois o “privilegio” do atraso permite àqueles países “saltarem” etapas intermediárias. Tal apropriação, todavia, acontece de maneira altamente contraditória, e resulta não na dissolução dos elementos atrasados ou arcaicos, e sim na combinação destes com elementos modernos, engendrando toda sorte de amálgamas e formas transitórias, ou híbridas. A lei do desenvolvimento desigual e combinado enfatiza, portanto, a complementariedade entre os elementos “arcaicos” e “modernos” de uma sociedade, em contraposição aos raciocínios dualistas, que atribuem o subdesenvolvimento à obstaculização da expansão dos setores econômicos “modernos” pelos “arcaicos”, e à tese stalinista de que a revolução socialista somente seria possível, em países atrasados, depois que a burguesia “nacional” cumprisse as tarefas democráticas, de liquidação das relações “feudais” ou pré-capitalistas, e que transcorresse, em seguida, uma longa etapa de desenvolvimento capitalista, tese esta que foi introjetada pelo PCCh, sempre segundo Demier.

se apropriam de rendas monopólicas e controlam a transferência de atividades industriais aos países mais atrasados, ditando a estes o que e como produzir (Marini, 2015; Mercatante, 2021d).

Mercatante (2021a) constata, ademais, que o valor dos investimentos diretos da China no estrangeiro é similar ao dos investimentos diretos de origem estrangeira na China. Este é um traço que a China compartilha com a maioria dos países imperialistas, cujo saldo líquido de IED é, via de regra, positivo ou equilibrado.<sup>13</sup> Uma notável exceção são os EUA, que apresentam não só déficits externos recorrentes, como também um saldo líquido de IED bastante negativo, ou seja, recebem muito mais IED do que emitem. No entanto, os EUA continuam gozando do privilégio de serem os emissores da moeda mundial, o dólar,<sup>14</sup> enquanto a internacionalização do renminbi progride de maneira tortuosa, conforme assinalado previamente. O poderio militar chinês ainda não rivaliza em pé de igualdade com o dos EUA,<sup>15</sup> embora seja cada vez maior e já supere o de outras potências imperialistas.<sup>16</sup> Neste âmbito, uma vulnerabilidade estratégica da China é a existência do regime independentista e pró-estadunidense de Taiwan, que fere a integridade territorial do país. Em menor medida, as tensões que existem entre Hong Kong e o governo central chinês, sob o arranjo institucional de “um país, dois sistemas”, são outra ameaça potencial à segurança nacional chinesa. Por fim, não é fácil para a China criar uma alternativa universalmente atraente ao *American way of life*, de modo a desafiar a hegemonia estadunidense no terreno cultural (Mercatante, 2021d).

Em suma, existem alguns aspectos nos quais a China já se equipara a, ou até supera, várias das potências imperialistas, e outros em que aquela continua assemelhando-se a um país

---

<sup>13</sup> Há algumas décadas, tornou-se comum que países “emergentes” ou “em desenvolvimento” sejam emissores de IED, uma característica que, no passado, era exclusiva dos países imperialistas. Portanto, o que distingue um país imperialista de um dependente já não é mais o fato de uns exportarem capitais e outros não, e sim o grau e o resultado líquido desta exportação, segundo Mercatante (2021).

<sup>14</sup> “Não faz falta nos aprofundarmos demasiadamente no poder que o manejo das finanças globais outorga a uma potência. As sanções econômicas, que se tornaram cada vez mais importantes no arsenal de políticas de Washington para golpear os países que o enfrentam, têm na dimensão financeira um pé fundamental. Pela centralidade que o dólar e o sistema financeiro dos EUA têm nas finanças globais, os governos norte-americanos podem bloquear a capacidade dos residentes de outros países de operar em dólares, tanto em transações comerciais como financeiras; o congelamento de ativos é de fácil realização e muito efetivo para golpear a elite política e econômica dos países contra os que aponta.” (Mercatante, 2021c; p. 195-6 – tradução nossa) Atualmente, testemunhamos o exercício deste poder contra a Rússia, em razão da conflagração militar entre este país e a Ucrânia.

<sup>15</sup> Especialmente relevante é a disparidade do arsenal nuclear dos dois países. A China possui menos de 200 ogivas nucleares; os EUA, 6800.

<sup>16</sup> “Uma distinção chave é que, até hoje, à diferença dos EUA e de outros países imperialistas, a China não utilizou sua força militar em intervenções em grande escala em terrenos que não estejam vinculados a conflitos com países vizinhos ou à ameaça do território marítimo.” (Mercatante, 2021c; p. 197 – tradução nossa) Todavia, a incrementação do poderio militar chinês “[...] está em linha com a trajetória de desenvolvimento das primeiras potências capitalistas. Como Lenin observou em seu livro *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*, a necessidade de exportar capital para o exterior leva inevitavelmente os Estados a projetarem seus poderes político e militar externamente para proteger o circuito de acumulação do capital exportado, levando à expansão imperialista e à rivalidade interimperialista com outras potências exportadoras de capital.” (Hung, 2018; p. 21)

subdesenvolvido. Esta contradição impede a China tanto de ser qualificada como um imperialismo plenamente constituído quanto de contestar peremptoriamente o papel de *hegemon* dos EUA. Em contrapartida, a China não pode se contentar em ser só uma potência a mais entre tantas outras e, assim como os EUA, tais potências tampouco podem aceitar passivamente a piora relativa de suas respectivas posições na hierarquia do “concerto de nações” que a ascensão da China acarreta (ibid.).

### **3.2. Ásia e América Latina sob a globalização neoliberal**

Já foi salientada a importância das reformas pró-capitalistas da China para a superação da crise internacional dos anos 1970. A lei da queda tendencial da taxa de lucro também é identificada como causa subjacente desta crise por outros, além de Costa (2014), como Corsi, dos Santos e Camargo (2019), Hung (2018) e Marini (2015).<sup>17</sup> A rentabilidade do capital só pôde ser parcialmente recobrada por meio de uma reestruturação global do capitalismo, que possibilitou a “arbitragem global do trabalho”, ressaltada por Mercatante (2021) e Chingo ([2007-8]). Evidentemente, os trabalhadores resistiram à tal reestruturação, cujos principais agentes políticos foram os governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, governos estes que se enfrentaram contra as greves dos mineiros britânicos e dos aeroviários estadunidenses, respectivamente, nos anos 1980. A derrota de ambas as greves foi crucial para o desbaratamento da resistência dos trabalhadores à reestruturação, e permitiu a fragmentação e a dispersão geográfica dos processos produtivos da indústria, predicado das cadeias globais de valor. Estas, por sua vez, “globalizaram” o exército industrial de reserva, já que a ameaça de deslocamento da produção para onde quer que os salários sejam mais baixos implica que os trabalhadores competem por emprego não só contra outros trabalhadores do mesmo país, mas também contra os trabalhadores do resto do mundo. Assim, atividades industriais que, até então, localizavam-se no “Norte global” foram transferidas para alguns países da Ásia, o que acelerou sobremaneira o crescimento econômico de tais países. (Corsi, dos Santos e Camargo, op. cit., Marini, op. cit., Mercatante, 2021).

Portanto, a nova disposição geográfica da produção industrial mundial favoreceu não só a China, mas também os chamados “Tigres Asiáticos”: Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura. Estas foram usadas de exemplo pelo FMI e pelo Banco Mundial (BM) para

---

<sup>17</sup> Hung (2018) salienta ainda outro aspecto causal fundamental da crise, qual seja, o acirramento da concorrência entre as indústrias estadunidenses, europeias e japonesas, depois que estas duas últimas localidades se recuperaram definitivamente dos danos da Segunda Guerra Mundial.

prescrever aos países “em desenvolvimento” uma política de industrialização orientada às exportações (IOE), isto é, de atração de investimentos estrangeiros que visam especificamente a instalação de elos das cadeias globais de valor nos países a que se destinam tais investimentos. Para Mercatante (2021b), há algo de excepcional no desenvolvimento destes quatro países, que puderam adotar políticas protecionistas e desenvolvimentistas e gozar de facilidades ímpares para exportar bens manufaturados para os EUA, aproveitando-se da necessidade deste último de fazer frente à influência soviética na região.

Em contrapartida, vários outros processos de IOE culminaram na “[...] regeneração, sob novas formas, dos padrões de acumulação dependentes, [sic] subordinada e desarticulada.” (Mercatante, 2021b; p. 68 – tradução nossa) As empresas multinacionais controlam “desde cima” as cadeias globais de valor, situando cada etapa do processo produtivo nos locais onde estas forem mais rentáveis e determinando, por conseguinte, o que os países periféricos produzem, e como. A integração nacional dos distintos ramos e setores da indústria é, portanto, dificultada pela nova forma de organização da produção industrial global (Marini, op. cit., Mercatante, 2021b). Ademais, o capital multinacional é atraído para os países que puderem lhe propiciar os menores custos de produção, o que provoca uma “corrida para baixo”, isto é, um rebaixamento cada vez maior de salários e tributos, bem como um debilitamento da proteção ambiental, etc. A combinação entre a alta produtividade deste capital, por um lado, e a redução dos custos salariais obtida por meio da transferência dos processos produtivos para a periferia, por outro, transforma-se em uma nova causa de deterioração dos termos de troca, segundo Mercatante (2021b): o barateamento das manufaturas exportadas pelos países periféricos gera um crescimento do valor total das exportações menos que proporcional ao aumento da quantidade exportada, ou mesmo uma queda deste valor.<sup>18</sup>

Hung (op. cit.), todavia, esclarece que a oferta de mão de obra barata dos Tigres era relativamente pequena, e que a transformação da China em “fábrica do mundo” foi possibilitada pela perda de competitividade destes e de outros exportadores de manufaturas da Ásia, decorrente da elevação dos níveis salariais, por efeito do esgotamento desta oferta de mão de obra, e da apreciação cambial, ocasionadas pelos próprios êxitos do modelo de crescimento via exportação manufatureira. Em 1994, o renminbi foi desvalorizado em 50% de uma só vez. Conjuntamente com a exploração dos migrantes rurais chineses, esta desvalorização foi crucial

---

<sup>18</sup> O fenômeno descrito por Mercatante é “novo” porque as primeiras teorizações da deterioração dos termos de troca associavam-na, em maior ou menor medida, à diferença de como se comportam os preços internacionais de bens primários e de manufaturados. À longo prazo, este comportamento seria desfavorável às economias subdesenvolvidas por estas serem exportadoras de produtos primários e *importadoras* de manufaturas. Acerca de tais teorizações, cf. os capítulos de Cardoso (2018) sobre Hans Singer e Raul Prebisch.

para a reversão dos déficits do balanço de pagamentos em que a China incorreu no começo de sua abertura econômica ao exterior.<sup>19</sup>

Os lucros extraordinários que as multinacionais puderam auferir deslocando processos produtivos para distintas localidades da Ásia foram transferidos para a esfera financeira, tornando-se ainda um componente da demanda estadunidense pelos produtos exportados pelas economias recém-industrializadas daquele continente. Logo, criou-se uma relação “simbiótica” entre o robusto crescimento destas economias e os déficits comerciais dos EUA, financiado pelos superávits das mesmas economias asiáticas das quais os EUA importam bens manufaturados, em especial, os da China. A aplicação destes superávits em títulos do Tesouro estadunidense sustentou uma dinâmica de crescimento da economia mundial, conhecida como “Chinamérica”, que durou até a crise de 2008, conforme adiantou-se no início deste terceiro capítulo (Corsi, dos Santos e Camargo, op. cit.; Hung, op. cit.; Mercatante, 2021c).

Portanto, Hung coincide com Mercatante no entendimento da dialética revolução-restauração, considerando praticamente impossível que qualquer outro país “em desenvolvimento” replique o “milagre” chinês, pois este “[...] se origina na convergência dos legados de dois lados da Guerra Fria: do desenvolvimento maoísta e do modelo de desenvolvimento orientado para as exportações do leste asiático” (Hung, op. cit.; p. 3). A reestruturação global do capital ainda contribuiu para a singularidade do caso chinês, ao acarretar “[...] o regresso de países (desde logo com métodos de gestão plenamente capitalistas, à diferença do que ocorria antes), à forma simples de divisão internacional do trabalho que primava no século XIX e que envolvia a permuta de bens primários por bens manufaturados.” (Marini, op. cit.; p. 259 – tradução nossa) Foi o que aconteceu, nos anos 1980 e 1990, de modo geral na América Latina.

A elevação dos juros estadunidenses, em 1979, impossibilitou o refinanciamento das dívidas externas dos países latino-americanos, inviabilizando a continuidade dos processos de industrialização substitutiva de importações (ISI) que ocorriam, entre estes países, desde a década de 1930. As medidas do Consenso de Washington foram, então, implementadas pelos vários países do subcontinente, cada um à sua maneira, sob pressão dos credores das dívidas, dos EUA e de organismos multilaterais, como o FMI. Os efeitos inflacionários da crise das dívidas sobre as economias latino-americanas foram contidos por meio de âncoras cambiais,

---

<sup>19</sup> A concorrência entre as exportações manufatureiras da China e as de outros países da região provocou uma especialização destes vários países em produtos de maior ou menor valor agregado que os chineses, gerando uma integração regional “sinocêntrica” das indústrias exportadoras da Ásia. Contudo, a China ainda faz apenas a montagem de muitos produtos *made in China* cujos componentes são importados de outros países asiáticos (Hung, 2018).

que aprisionaram estas economias em uma “armadilha do crescimento” (Corsi, dos Santos e Camargo, op. cit.). A manutenção de tais âncoras dependia de um aumento das taxas de juros domésticas à patamares muito superiores aos do resto do mundo, a fim de que os diferenciais de juros provocassem influxos de capitais especulativos para os países da região, possibilitando a arrecadação das divisas de que estes países precisavam para suportar as pressões sobre o câmbio. Porém, os juros exorbitantes estorvavam o crescimento econômico e a criação de empregos, dificultavam a administração dos déficits públicos e, ao estimular o influxo de capital estrangeiro, ainda sobre-apreciavam o câmbio, diminuindo a competitividade das exportações (ibid.).

Consequentemente, a mesma reestruturação global do capital que promoveu o crescimento econômico e a industrialização de países da Ásia redefiniu o papel primário-exportador das economias latino-americanas e as transformou em *locus* de valorização especulativa, fictícia, do capital.<sup>20</sup> Esta inserção internacional das economias latino-americanas, muito menos dinâmica do que a das asiáticas, será reforçada pelo boom das commodities. Ainda segundo Corsi, dos Santos e Camargo (ibid.), este boom foi uma das facetas de um ciclo expansivo da economia mundial que se inicia em 2003, após a economia estadunidense ter se recuperado da crise da Nasdaq, ocorrida dois anos antes. Tal recuperação, da qual adveio o boom do mercado imobiliário estadunidense, gerou um forte crescimento da demanda deste país pelas manufaturas da Ásia e, por conseguinte, da demanda das economias asiáticas por commodities. O aumento dos preços internacionais das commodities foi, por sua vez, retroalimentado pela especulação.

De 2002 a 2007, o consumo chinês de cobre e de minério de ferro elevou-se de 18,2% para 27,1% e de 22,3% para 43,9% dos totais mundiais, respectivamente, enquanto o preço do minério de ferro subiu 184,7%, e o do cobre, 356% no mesmo período. Os preços das commodities continuaram subindo até 2011, apesar do “estouro” da bolha imobiliária, que findou o ciclo expansivo da economia mundial, provocando uma queda destes preços, no ano de 2009. O prolongamento da trajetória ascendente dos preços das commodities por mais dois anos após esta breve interrupção foi uma consequência das políticas anticíclicas da China, que não puderam impedir indefinidamente a diminuição do ritmo de crescimento econômico do país e a consequente queda da demanda por commodities, além de terem acerbado os problemas de endividamento e de acúmulo de capacidade ociosa previamente expostos. Entre 2003 e 2011, o

---

<sup>20</sup> “As economias asiáticas também se tornaram um espaço privilegiado de especulação com títulos, ações, moedas e imóveis, atraindo capital do mundo todo, o que contribuiu para gerar bolhas especulativas na região, como na segunda metade dos anos 1990” (Corsi, dos Santos e Camargo, 2019; p. 172).

preço médio das commodities subiu 230%. As commodities energéticas, em particular, encareceram 310%, e as minerais, 322%, neste mesmo período (ibid.).

A valorização das commodities melhorou os termos de troca das economias latino-americanas, flexibilizando as restrições externas ao crescimento econômico dos países da região e permitindo que medidas de incentivo ao consumo e ao investimento internos e de distribuição de renda fossem adotadas por estes países, muito embora tais medidas não tenham contrariado o declínio industrial do subcontinente, ocasionado pela reestruturação global do capital e pelas políticas do Consenso de Washington (ibid.). Medeiros e Cintra (2015) distinguem duas situações: o crescimento das economias sul-americanas beneficiou-se da complementariedade entre a importação de bens industrializados da China e a exportação de bens primários, como soja, cobre e minério de ferro, para este país.; porém, as exportações chinesas de produtos eletrônicos e têxteis para os EUA competem com as do México, e existem indústrias sul-americanas que também sofrem concorrência direta das manufaturas chinesas. Esta concorrência é particularmente danosa nos casos em que os produtos de indústrias tradicionais, intensivas em mão de obra, que produzem para o mercado doméstico sul-americano são substituídos por importações da China.

Há ainda instâncias de rivalidade entre as exportações chinesas e sul-americanas de manufaturas para fora da América Latina. Medeiros e Cintra salientam que, desde 2008, a dimensão de rivalidade das relações econômicas China-América Latina tende a prevalecer sobre a de complementariedade. As contradições decorrentes dos impactos da demanda chinesa de commodities sobre as economias latino-americanas é constatada ainda por Hiratuka (2018), Hung (op. cit.) e Bernal-Meza (2016). Este último acrescenta que, no cenário internacional, a China se autodefine e se comporta casuisticamente, ora como nação desenvolvida, ora como nação subdesenvolvida. No entanto,

[...] a China está construindo a sua própria estrutura centro/semiperiferia/periferia, particularmente no Sudeste Asiático, na África e na América Latina. Enquanto os países da ASEAN fornecem bens intermediários, a América Latina e a África fornecem matérias primas (Bernal-Meza, op. cit.; p. 29-30 – tradução nossa).

Apesar de as relações da China com os países latino-americanos serem retratadas por aquela como “Sul-Sul”, tais relações seguem padrões mais bem típicos das relações “Norte-Sul”, já que acentuaram o retrocesso industrial do subcontinente e a especialização das economias destes países em commodities, tornando-os cada vez mais dependentes da China (Bernal-Meza, op. cit.). Além do aumento do consumo estadunidense propiciado pelo esquema

Chinamérica, o processo de industrialização e de urbanização da China foi por si só um fator de encarecimento das commodities, nos anos 2000. Tal processo, intensificado pelo dinamismo das exportações chinesas sob aquele esquema, implicou o estreitamento dos laços comerciais chineses com países da América Latina, em especial, depois de a China ter se tornado membro da OMC.<sup>21</sup> Em 2004, o subcontinente foi visitado pelo então secretário-geral do PCCh e presidente da República Popular, Hu Jintao, visita esta que culminou na assinatura de dezenas de acordos entre a China e tais países. Até dezembro de 2012, a China tinha firmado acordos de livre comércio com três países latino-americanos: Chile, Costa Rica e Peru (Hiratuka, op. cit.; Medeiros e Cintra, op. cit.).

Em 2008, o governo chinês expediu seu primeiro documento oficial especificamente a respeito da política do país para a América Latina.

O documento sublinhava o princípio geral de uma relação baseada na ideia de coexistência pacífica e de ganhos mútuos entre regiões com graus similares de desenvolvimento. Este princípio geral ganhou maior concretude em 2014 e 2015. Em 2014, o presidente chinês Xi Jinping visitou Argentina, Brasil Cuba e Venezuela. Só no Brasil, 56 acordos de cooperação foram assinados, principalmente em infraestrutura (Hiratuka, op. cit; p. 17 – tradução nossa).

O mesmo princípio foi reafirmado em 2016, quando o documento foi atualizado. Um ano antes, foi acordado o primeiro plano de cooperação entre a China e os países-membros da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, e a China se comprometeu ainda a investir mais de US\$ 250 bilhões na América Latina e a aumentar para US\$ 500 bilhões o valor do comércio com os países do subcontinente até 2025 (Hiratuka, op. cit.). Li (2016) ressalta ainda que a China também em se aproximado dos países latino-americanos visando contrabalancear o aumento da pressão estadunidense sobre a região da Ásia-Pacífico, oriundo do acirramento das tensões geopolíticas subsequente à crise de 2008.

Ao final da primeira década do século XXI, a China já era o maior exportador do mundo e o segundo maior importador, atrás apenas dos EUA. Como já foi assinalado, o comércio entre a China e os países “em desenvolvimento” e os investimentos chineses nestes países avolumaram-se a partir de então, assim como os empréstimos daquela a estes. Tais investimentos visam, sobretudo, assegurar o fornecimento dos recursos minerais e energéticos de que a China necessita. Embora as relações econômicas China-América Latina ainda sejam predominantemente comerciais, os investimentos diretos chineses nos países do subcontinente

---

<sup>21</sup> “Os laços entre a China e a América Latina foram fracos no passado devido à vasta distância geográfica entre as duas regiões; mas a lacuna foi preenchida em anos recentes pelo crescimento do comércio internacional, dos fluxos de capitais, por meios de transporte e de comunicação mais eficientes, basicamente, pelo processo de globalização em andamento” (Barragán e Castillo, 2017; p. 75 – tradução nossa).

também têm crescido, e os setores de destino de tais investimentos tem se diversificado, de modo que os setores manufatureiros e de infraestrutura das economias latino-americanas têm adquirido maior relevância (Hiratuka, op. cit.; Medeiros e Cintra, op. cit.; Pérez Ludeña, 2017).<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Hiratuka (2018) argumenta que os investimentos chineses em infraestrutura são particularmente interessantes para os países latino-americanos, pois a crise da dívida, nos anos 1980, e as privatizações e adoção de políticas liberais, nos anos 1990, comprometeram a capacidade destes países de investir adequadamente em tal área.

## CAPÍTULO 4: Relações econômicas China-América Latina

A seguir, serão analisados dados quantitativos referentes às relações econômicas da China com países latino-americanos. A finalidade destas análises é dotar de maior concretude a esquematização destas relações tentada ao final do capítulo imediatamente precedente. A seção 4.1 compreenderá a análise da dimensão comercial de tais relações. Já na seção 4.2, o foco da discussão realizada são os investimentos diretos de origem chinesa destinados a países da América Latina.

### 4.1. Comércio

Na Introdução desta monografia, adiantou-se que os dados do comércio chinês com países latino-americanos foram extraídos do Atlas da Complexidade Econômica, elaborado pelo Laboratório do Crescimento (*Growth Lab*) da Universidade de Harvard. Criado por Ricardo Hausmann e César Hidalgo, o Atlas mensura a complexidade do tecido produtivo dos países por meio de um índice que considera a diversidade e a não-ubiquidade da pauta exportadora de cada país. Geralmente, bens de maior complexidade são exportados por poucos países, e a produção destes bens usufrui de retornos crescentes de escala, de maiores economias de escala e escopo e de efeitos de encadeamento mais poderosos, ao contrário dos bens de menor complexidade, cuja produção caracteriza-se por retornos de escala constantes ou decrescentes. Por conseguinte, bens de maior complexidade tendem a ser transacionados em mercados que se estruturam de maneira mais oligopolizada, ou imperfeitamente competitiva, e bens de menor complexidade, em mercados cujo funcionamento se assemelha mais ao que dita o conceito de concorrência perfeita. A renda per capita e o índice de complexidade econômica dos países costumam ser fortemente correlacionados (Gala, 2017).<sup>1</sup> O Atlas, por sua vez, coleta dados da base estatística de comércio internacional das Nações Unidas (Comtrade) e do BM. O período analisado será o dos anos posteriores à entrada da China na OMC e anteriores à pandemia da Covid-19, ou seja, de 2002 a 2019.

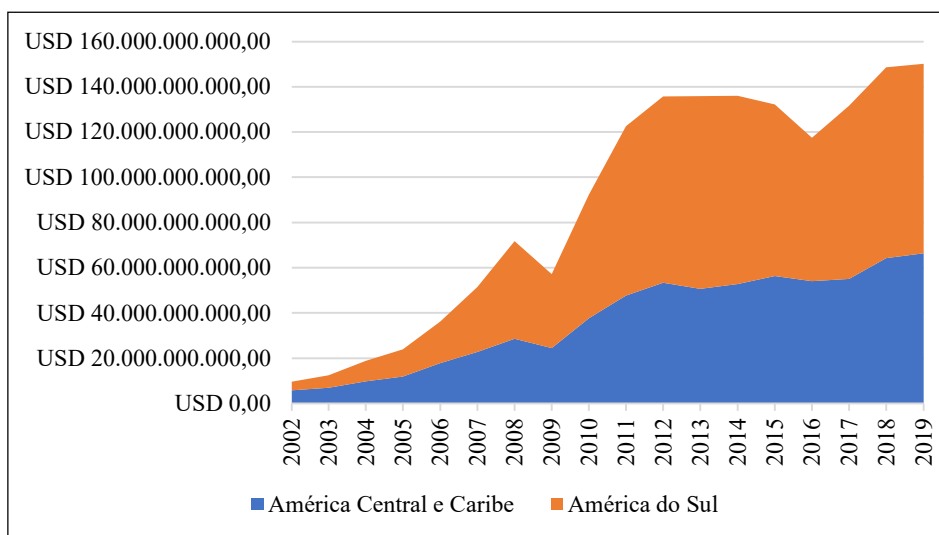
A corrente de comércio China-América Latina, isto é, a soma das exportações da China para países latino-americanos e das exportações destes países para aquele, aumentou de US\$ 15,8 bilhões, em 2002, para US\$ 268,5 bilhões, em 2019. Logo, esta corrente de comércio

---

<sup>1</sup> Gala enfatiza também a não-*tradability* das cadeias de produção de bens complexos, isto é, a improbabilidade de que tais cadeias se desloquem geograficamente ao longo do tempo.

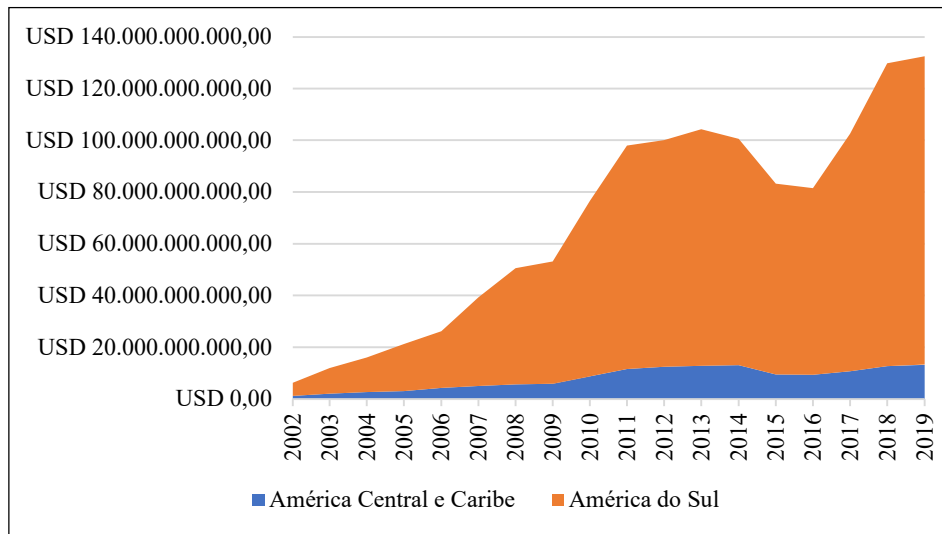
creceu 17 vezes, enquanto o comércio chinês com o mundo como um todo cresceu aproximadamente 6 vezes, ao longo do período analisado. Nos gráficos 1 e 2, são distinguidos os valores das exportações chinesas para a América do Sul e para a América Central e o Caribe, bem como das importações chinesas destas duas sub-regiões latino-americanas. De 2002 a 2019, houve um aumento da participação da América do Sul tanto nas exportações latino-americanas para a China quanto nas importações latino-americanas de produtos chineses. Já a participação de América Central e Caribe nestas últimas cairá de menos de 20% para menos de 10% no decorrer do período analisado. A discrepância entre a participação das duas sub-regiões nas exportações e nas importações chinesas sugere que, diferentemente da América do Sul, a América Central e o Caribe são muito mais relevantes para a China como mercado consumidor do que como fornecedores de bens e serviços.

Gráfico 1 – Exportações chinesas para a América Latina



Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

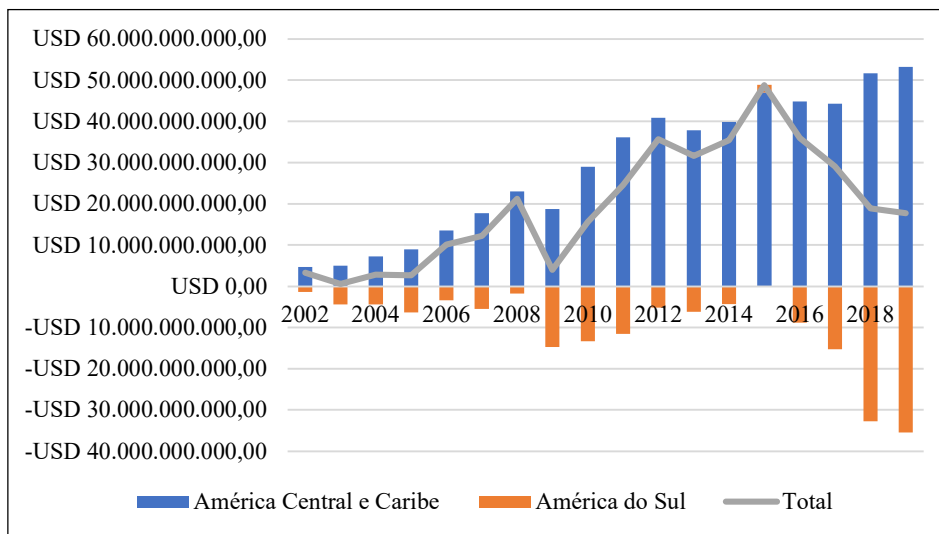
Gráfico 2 – Importações chinesas da América Latina



Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

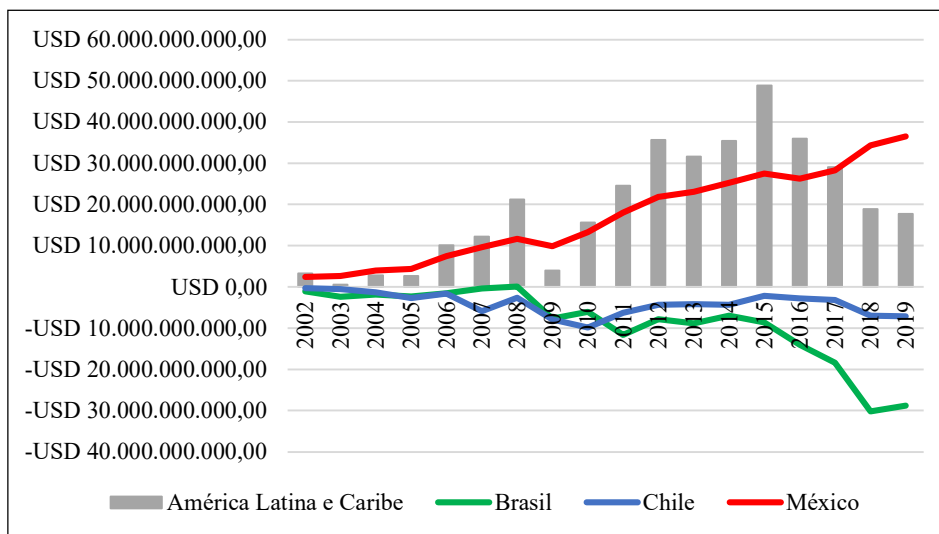
O gráfico 3 representa o saldo comercial da China com a América do Sul, com a América Central e o Caribe e com o subcontinente latino-americano como um todo. Em relação à América do Sul, a China foi comercialmente deficitária durante todo o período analisado, com exceção do ano de 2015. No entanto, os superávits do comércio chinês com a América Central e o Caribe serão mais do que suficientes para cobrir tais déficits. No gráfico 4, é representado o saldo do comércio chinês com Brasil, Chile e México, países que identificamos como os três principais parceiros comerciais latino-americanos da China. Especificamente, as correntes do comércio brasileiro e mexicano com a China foram maiores do que as dos demais países latino-americanos e caribenhos durante o período analisado, e a corrente brasileira supera a mexicana após 2002. Já a corrente sino-chilena será a terceira maior do subcontinente em todos os anos analisados exceto 2004, ano em que o comércio chinês com a Argentina foi ligeiramente superior. Em relação à soma das exportações e importações latino-americanas e caribenhas de e para a China, 56% a 66% do valor anual corresponde a Brasil, Chile e México, no período de 2002 a 2019. O comércio chinês será deficitário com o Brasil e o Chile, países sul-americanos exportadores de produtos agropecuários e minerais, salvo em 2008, quando a China teve um superávit de cerca de US\$ 150 milhões com o Brasil. Em contrapartida, a balança do comércio chinês com o México, país centro-americano que exporta mais bens industrializados do que primários, é cada vez mais favorável à China.

Gráfico 3 – Saldo comercial da China com a América Latina



Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Gráfico 4 – Saldo comercial da China com países latino-americanos específicos

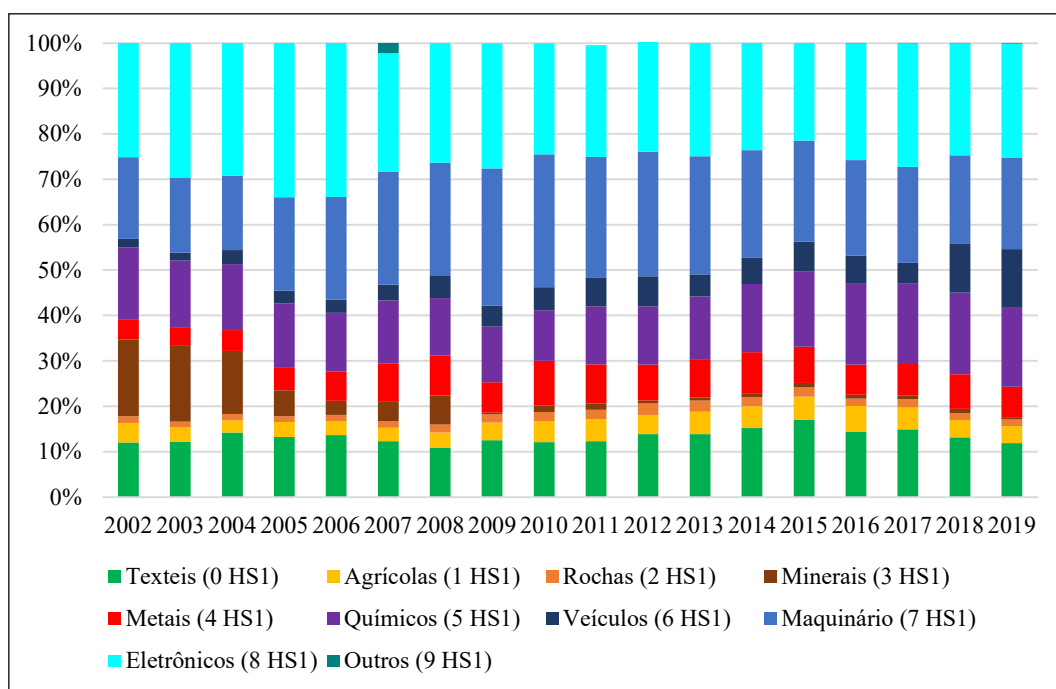


Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Os gráficos 5, 6 e 7 representam a composição da pauta de exportação chinesa de bens para o Brasil, o Chile e o México, organizadas conforme as grandes categorias do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (HS2). Percebe-se tanto a diversidade das exportações chinesas quanto o predomínio dos ramos de maquinário, eletrônicos e têxteis. Estes últimos respondem pela maior parte das exportações chinesas de bens para o Chile, embora esta parte tenha diminuído de 47% para 28% do total. Há uma diminuição relativa da pauta têxtil também nas exportações chinesas de bens para o México.

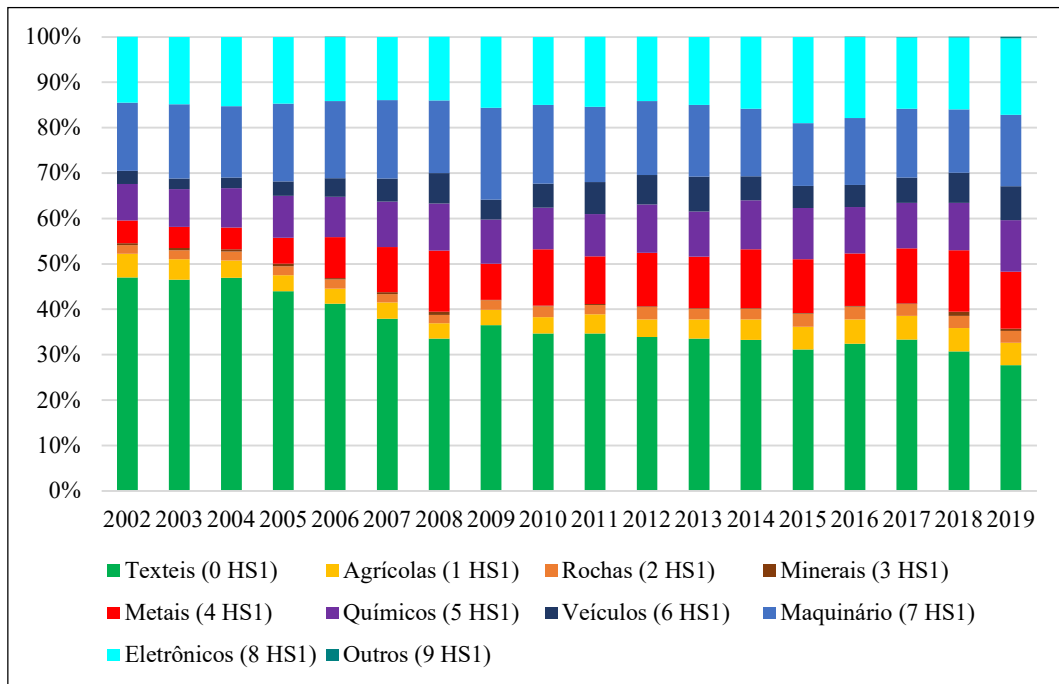
De 2002 a 2019, a participação dos cinco principais produtos nas exportações totais, exclusive serviços, da China para o Brasil caiu de 65,19% para 58,08%, e para o Chile, de 56,98% para 48,01%. Porém, a participação dos cinco principais produtos nas exportações chinesas, exclusive serviços, para o México aumentou de 61,44% para 69,11%, chegando a ultrapassar os 70%, em 2009 e em 2017, apesar de ter caído para menos de 60%, entre 2003 e 2006. Produtos eletrônicos e maquinário industrial estarão sempre entre os cinco maiores itens da pauta de exportação da China para os três países latino-americanos analisados. Quadros explicitando os cinco principais bens que a China exportou para e importou destes três países nos anos analisados, e as proporções relativas destes bens, encontram-se no apêndice.

Gráfico 5 – Exportações chinesas de bens para o Brasil



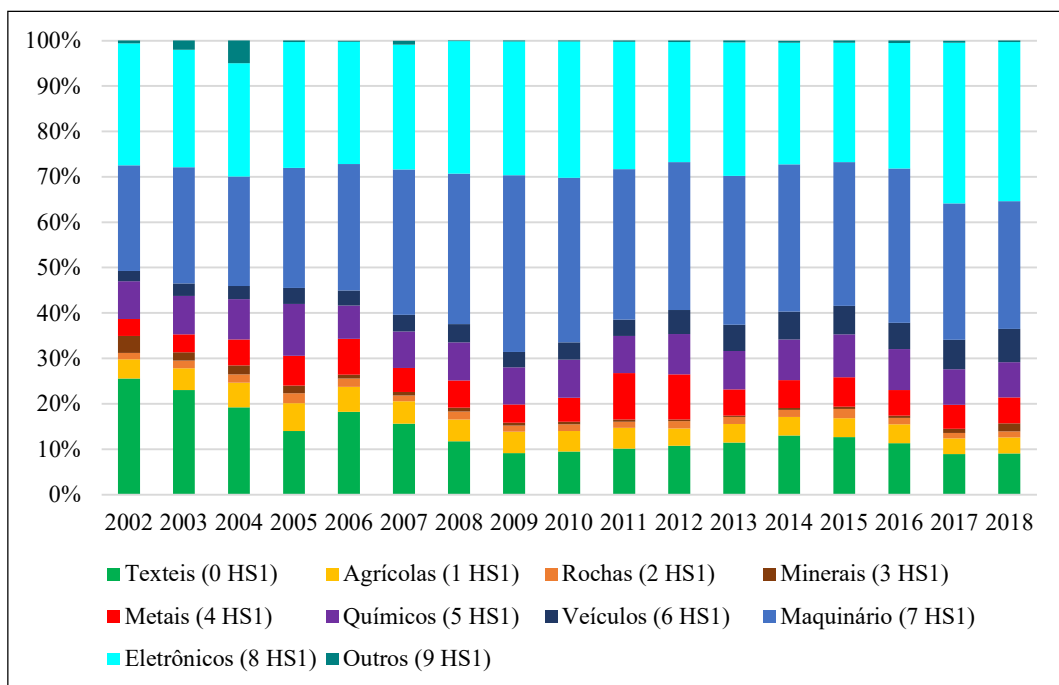
Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Gráfico 6 – Exportações chinesas de bens para o Chile



Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Gráfico 7 – Exportações chinesas de bens para o México



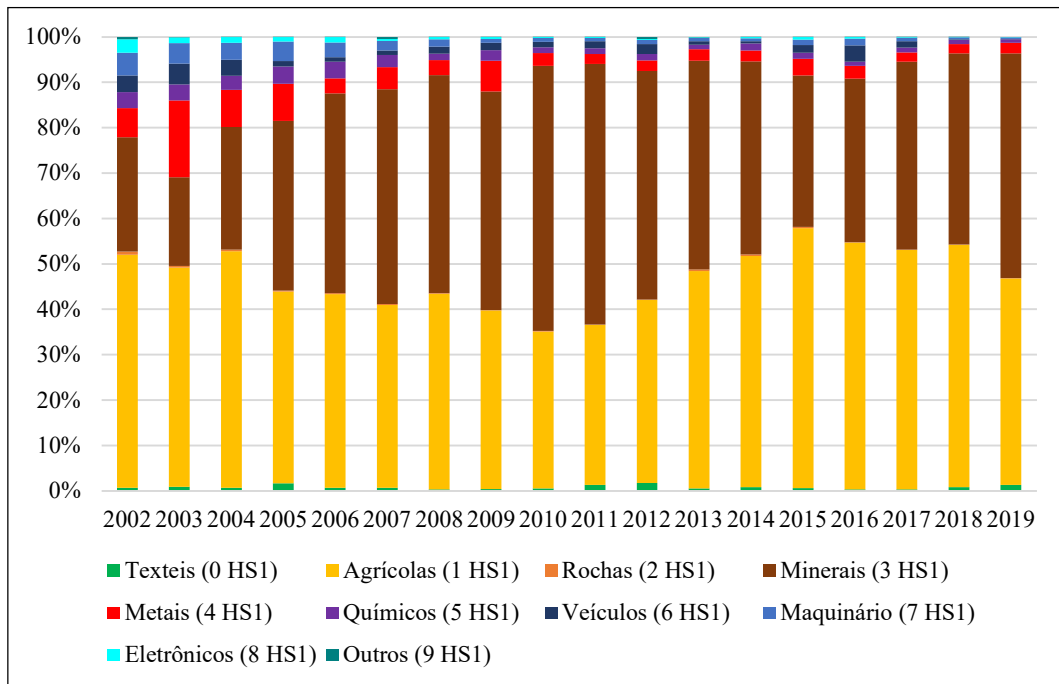
Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Já a composição das exportações brasileiras, chilenas e mexicanas de bens para a China é representada pelos gráficos 8, 9 e 10, respectivamente. As pautas brasileira e chilena

concentram-se em produtos primários, enquanto a mexicana é mais diversificada, embora tenha crescido a proporção dos minerais no total dos bens que o México exporta para a China, proporção esta que, nos anos de 2011 a 2013, excede os 30%. No período analisado, reduziram-se as exportações brasileiras de maquinário e produtos eletrônicos para a China, em comparação com as de bens de outras categorias, e as chilenas foram insignificantes. Na pauta chilena de exportações de bens para a China, a única categoria relevante além das de produtos agrícolas, minerais e metálicos é a de produtos químicos, cuja proporção sobre o total não ultrapassou 3,6%.

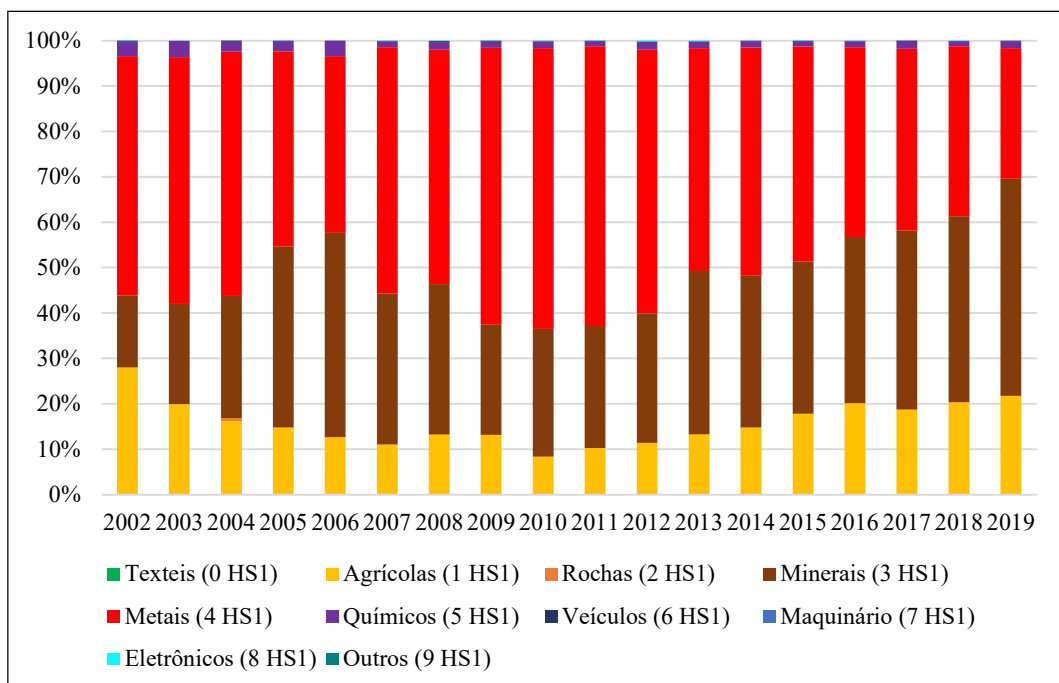
De 2002 a 2019, a concentração dos cinco principais produtos nas exportações totais de bens brasileiros para a China aumentou de 70% para 92%. Na pauta chilena de exportações de bens para a China, a proporção dos cinco principais bens na pauta das exportações chilenas para a China, superou os 92% em todo o período analisado, atingindo 97,3%, em 2007. Os dois principais produtos desta pauta são o cobre e minérios, inclusive, o próprio minério de cobre. Só a participação do cobre processado nas importações chinesas de bens do Chile variou de 37% a 62% do total. Contabilizando-se ainda a participação dos minérios, a variação é de 68% a 90% do total. Os cinco principais itens da pauta mexicana de bens exportados para a China, por sua vez, responderam por cerca de 80% das exportações mexicanas para este país, tanto no início quanto no fim do período analisado, e por menos de 80%, entre 2003 e 2012, em 2015 e em 2018. O ano de menor concentração das exportações mexicanas para a China foi 2010, quando a porcentagem dos cinco maiores produtos sobre o total destas exportações foi de apenas 76%. Exclusive produtos minerais diversos, a principal exportação brasileira para a China são sementes e frutas oleaginosas, particularmente, a soja. A polpa de celulose é outra que aparece recorrentemente entre as cinco maiores exportações brasileiras e chilenas para a China.

Gráfico 8 – Exportações brasileiras de bens para a China



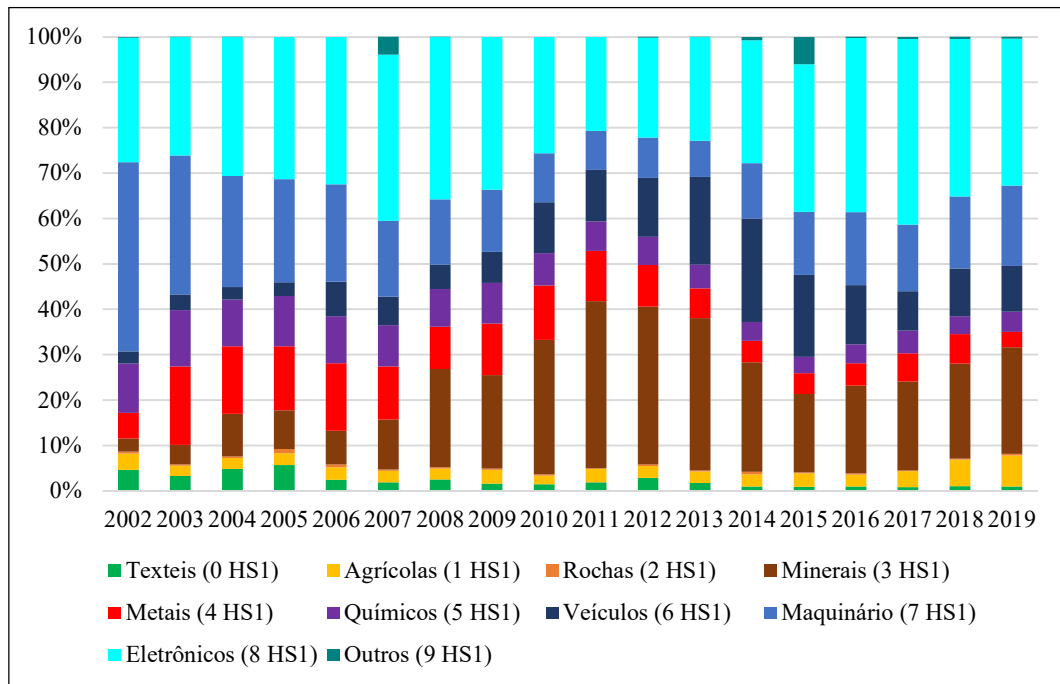
Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Gráfico 9 – Exportações chilenas de bens para a China



Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Gráfico 10 – Exportações mexicanas de bens para a China



Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

A diversidade das exportações mexicanas de bens para a China e a proporção das categorias de maquinário e eletrônicos em tais exportações parecem denotar um alto grau de sofisticação do tecido produtivo mexicano. No entanto, grande parte das indústrias mexicanas são maquiladoras, ou seja, importam componentes, os quais foram fabricados em outros países, e fazem somente a montagem do produto final, para que este seja, então, reexportado (Corsi, dos Santos e Camargo, 2019; Medeiros e Cintra, 2015). Gala (2017) salienta que a metodologia do índice de Hausmann e Hidalgo não contém em si critérios que permitam discernir o fato de a complexidade das exportações mexicanas não ser uma complexidade *made in Mexico*.<sup>2</sup>

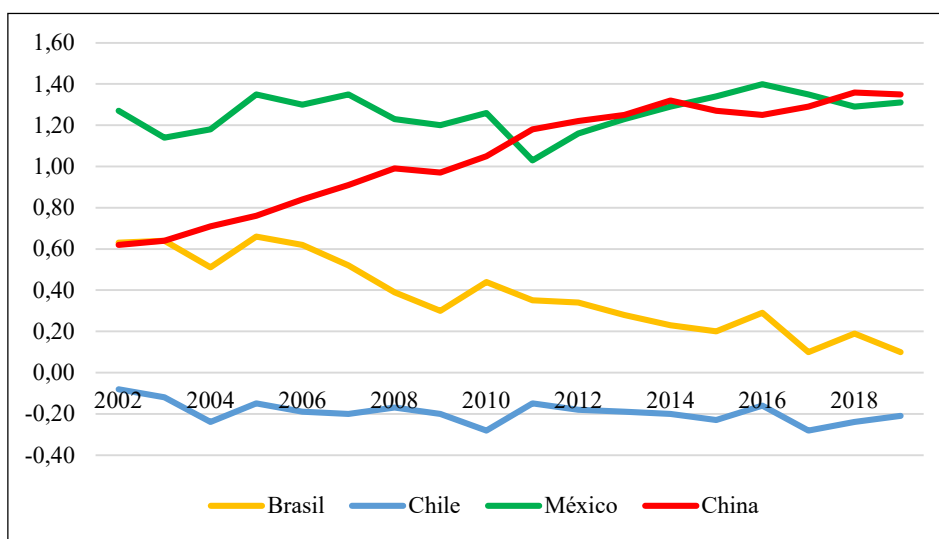
No gráfico 11, reproduz-se a evolução histórica dos índices de complexidade da China e dos três países latino-americanos analisados. O ranking mundial de complexidade do Atlas inclui 133 países, cujos dados são considerados confiáveis, a população é de mais de 1 milhão de habitantes e o comércio anual médio excede US\$ 1 bilhão. Em 2019, a economia mais

<sup>2</sup> Para Gala, este viés do método de cálculo dos índices de complexidade econômica dos países pode ser controlado por meio da comparação destes índices com os gastos de cada país com P&D, em proporção do PIB, e com a quantidade de patentes registradas nos EUA que os países possuem. Tal comparação situaria o México e o Brasil entre as economias “montadoras”, dotadas de baixa capacidade de inovação própria, a despeito de serem relativamente complexas. “Os países nórdicos, o Leste Asiático e o Norte da Europa, além de Estados Unidos e Canadá, destacam-se como países complexos e inovadores. Os países do Sudeste da Ásia, com destaque para Malásia, Tailândia, Indonésia e até mesmo China, também figuram na categoria de ‘montadores’, mas em um nível mais avançado do que os países da América Latina” (Gala, 2017; p. 82-3).

complexa do ranking era a japonesa, e a menos complexa, a nigeriana, e os seus respectivos índices eram 2,49 e -1,77. Estes mesmos países estavam na primeira e na última colocação do ranking em 2002, ano em que o índice japonês era 2,78, e o nigeriano, -1,81.

Dos quatro países analisados, o México foi o mais complexo de 2002 a 2010 e de 2015 a 2017, sendo ultrapassado pela China no resto do período. O índice chinês foi o que mais se elevou, de 0,62 para 1,35, chegando a alcançar 1,36, em 2018. De 2002 a 2019, o índice mexicano variou de 1,03 a 1,40, e o chileno, de -0,08 a -0,28. A escolha de Brasil, Chile e México justifica-se, assim, não só por serem os principais parceiros comerciais chineses na América Latina, mas também por serem casos representativos dos diversos graus de complexidade das economias nacionais latino-americanas. Tão chamativo quanto a elevação do índice de complexidade chinês é o declínio do brasileiro. Em 2002, o índice chinês era de 0,62, e o brasileiro, 0,63. Em 2003, ambos se igualaram a 0,64 e, em 2004, o índice brasileiro caiu para 0,51. Nos anos analisados, o maior valor deste índice foi 0,66, atingido em 2005. A partir de então, a complexidade brasileira descreveu uma trajetória fortemente descendente, ainda que com oscilações. Em 2019, o índice brasileiro era o menor do país em todo o período: 0,10. A perda de sofisticação do tecido produtivo brasileiro não se limitou, portanto, aos anos do boom das commodities. Entre 2002 e 2019, o Brasil caiu da 30ª para 53ª posição do ranking, enquanto a China avançou da 31ª para 16ª posição, o México, da 19ª para a 18ª, e o Chile retrocedeu da 69ª para a 71ª.

Gráfico 11 – Índice de complexidade econômica: países selecionados



Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

## 4.2. Investimentos diretos chineses na América Latina

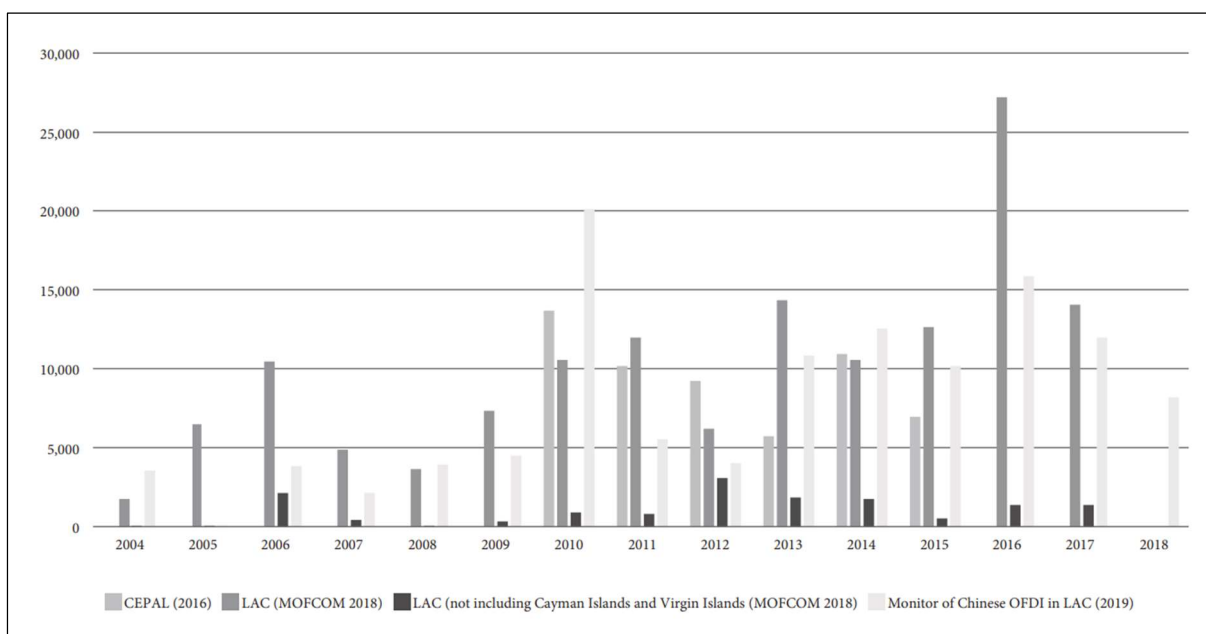
O estudo do IED emitido pela China apresenta dificuldades maiores que o do comércio exterior do país, dentre outros fatores, pela significativa discrepância entre dados de distintas fontes. Assim como Hiratuka (2018), Dussel Peters (2019) e Pérez Ludeña (2017) salientam a inconfiabilidade dos dados do Ministério do Comércio chinês (MOFCOM). Segundo estes dados, 79% do fluxo anual de investimentos diretos do país no exterior destinam-se a Hong Kong, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas, três paraísos fiscais (Pérez Ludeña, op. cit.). Os dois últimos responderam por 86,34% de todo o IED que o subcontinente recebeu da China nos anos de 2000 a 2015. Se se exclui estas duas localidades, então, os investimentos diretos que a China efetuou na América Latina e no Caribe neste período reduzem-se de US\$ 65,9 bilhões para US\$ 9 bilhões apenas (Dussel Peters, op. cit.).

No gráfico 12, são comparados os influxos anuais de IED na região, contabilizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), de acordo com documento publicado por esta em 2016; pelo MOFCOM, inclusive e exclusive Ilhas Virgens e Cayman; e pelo Monitor do OFDI<sup>3</sup> Chinês na América Latina e Caribe, uma iniciativa conjunta da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e de outras universidades e instituições diversos países. A tabela 2 contém a estimativa de tais influxos feita por Pérez Ludeña a partir de diferentes fontes.

---

<sup>3</sup> Abreviação de *overseas foreign direct investment*, ou investimento estrangeiro direto no exterior, em tradução literal do inglês.

Gráfico 12 – Fluxos de IED chinês para a América Latina e o Caribe (US\$ milhões)



Fonte: reproduzido de Dussel Peters (2019), p. 108.

Tabela 2 – Fluxos de IED chinês para a América Latina e o Caribe (US\$ milhões)

	1990-2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	255	9.563	5.676	6.067	2.474	1.161	6.230
Argentina	143	3.100	2.450	600	120	indisp.	300
Peru	2.262	84	829	1.307	2.154	9.605	2.142
Equador	1.619	45	59	86	88	79	94
Venezuela	240	900	1.045	1.225	2.445	1.000	indisp.
Colômbia	1.677	6	293	996	indisp.	Indisp.	50
Outros	1.146	14	867	150	107	77	49
<b>Total</b>	<b>7.342</b>	<b>13.712</b>	<b>11.219</b>	<b>10.431</b>	<b>7.388</b>	<b>11.922</b>	<b>8.865</b>

Fonte: adaptado de Pérez Ludeña (2017), p. 13.

Entre 1990 e 2010, 86% dos investimentos diretos da China na América Latina foram efetuados nos setores energético e de extração de recursos naturais. Antes mesmo do boom das commodities, a demanda chinesa pelos produtos destes ramos econômicos já crescia a um ritmo bem maior que o da oferta doméstica do país, por causa da aceleração do processo de urbanização resultante do dinamismo da indústria exportadora sob o esquema Chinamérica, como assinalado ao final do capítulo anterior. Foi esta demanda que suscitou a internacionalização das grandes estatais chinesas dos ramos metalúrgico e energético, como Sinopec, CNPC, CNOOC, State Grid Corporation, Golden Dragon Precise Copper Tube Group e Chinalco (Medeiros e Cintra, op. cit.).

Durante a primeira década deste século, empresas da China e de outros países em desenvolvimento expandiram seus investimentos no exterior a um ritmo sem precedentes. De 2003 a 2013, fluxos de IED dos países em desenvolvimento como um todo para o exterior cresceram de US\$ 40 bilhões para US\$ 400 bilhões, e sua participação no total dos fluxos de IED para o exterior foi de 7% para 31% (Pérez Ludeña, op. cit.; p. 9 – tradução nossa).

O ritmo de crescimento dos investimentos diretos da China no estrangeiro foi ainda maior que o de quase todo o resto do mundo, e também foi pouco afetado por eventos que reduziram os fluxos de IED oriundos dos outros países “em desenvolvimento”, como a crise de 2008, por exemplo. Segundo Pérez Ludeña (op. cit.), a maioria das empresas chinesas que investem diretamente no exterior é privada, embora as estatais chinesas sejam as responsáveis pela maior parcela do estoque de investimento direto do país no estrangeiro. Ademais, não é incomum que membros do alto escalão do PCCh ocupem também cargos de gestão nas empresas privadas chinesas, ou mesmo que os governos locais da China sejam co-proprietários de tais empresas. Os investimentos diretos privados da China no estrangeiro ainda precisam da autorização deste Estado, “e há um viés explícito em favor daqueles que contribuem para o desenvolvimento da China ao proporcionar acesso a recursos naturais escassos, promover as exportações ou expandir a base tecnológica do país” (ibid., p. 10 – tradução nossa).

Os critérios para que os bancos estatais chineses financiem projetos de investimento de empresas do país no exterior também são parte da política de direcionamento estatal destes investimentos. Entretanto, Pérez Ludeña afirma que as decisões de investimento estrangeiro das empresas chinesas são tomadas pelas próprias empresas e de maneira que, apesar de circunscrita aos marcos institucionais estabelecidos pelo Estado chinês, difere muito pouco de como empresas de outros países tomam estas mesmas decisões. Até 2010, existiam poucas empresas chinesas na América Latina, a maioria das quais eram *joint ventures* entre petroleiras estatais chinesas, por um lado, e peruanas, equatorianas e venezuelanas, por outro. Entre 2010 e 2011, empresas brasileiras e argentinas dos ramos do petróleo, da eletricidade e da mineração foram total ou parcialmente adquiridas por estatais chinesas. Ainda segundo Pérez Ludeña, estas operações de aquisição foram algumas das maiores já realizadas pela China na região, e foram motivadas, em maior ou menor medida, pela retomada do boom das commodities e pelo crescimento das economias latino-americanas, aguçado por este boom.

“Empresas petrolíferas chinesas agora estão presentes na maioria dos países exportadores de petróleo e gás da região, mas só têm uma posição de liderança no Peru, onde a CNPC produz um quarto do petróleo do país” (ibid., p. 14 – tradução nossa). Também são

chinesas as empresas responsáveis por 10% da produção de petróleo argentina e por um terço dos investimentos na mineração do Peru. Todavia, alguns dos maiores investimentos chineses nos setores petrolífero e mineiro do subcontinente encontram-se no Brasil (Pérez Ludeña, op. cit.). Em que pesem as aquisições de 2010 e 2011, houve ainda uma diversificação substancial dos setores latino-americanos receptores dos investimentos diretos chineses a partir deste último ano.

Tabela 3 – Distribuição setorial dos fluxos de IED chinês na América Latina (US\$ milhões)

Setor	2003-2010				2011-2016			
	Valor	%	Transações	%	Valor	%	Transações	%
Infraestrutura	2.336	4,2	5	4,8	20.323	35,6	30	15,3
Manufatura	2.928	5,2	39	37,5	16.780	29,4	112	57,1
Mineração	46.429	82,9	41	39,4	13.582	23,8	21	10,7
Serviços	24	0	2	1,9	2.648	4,6	15	7,7
Agricultura	2.327	4,2	11	10,6	1.942	3,4	7	3,6
Setor financeiro	1.973	3,5	6	5,8	1.805	3,2	11	5,6
<b>Total</b>	<b>56016</b>	<b>100</b>	<b>104</b>	<b>100</b>	<b>57080</b>	<b>100</b>	<b>196</b>	<b>100</b>

Fonte: adaptado de Hiratuka (2018), p. 17.

Mesmo assim, somente 8,62% dos investimentos diretos que a China efetuou na América Latina de 2000 a 2018 destinaram-se à manufatura, segundo Dussel Peters (op. cit.). Os investimentos chineses no setor manufatureiro-latino-americano visam, sobretudo,

[...] a ocupação de mercados em crescimento, em contraposição à exportação para terceiros países ou de volta para a China. Empresas chinesas tipicamente abrem uma planta produtiva depois de anos importando seus produtos da China, seja para ganhar proximidade e entendimento do mercado local ou para contornar restrições à importação. A maioria destas operações localiza-se no Brasil, que é o maior mercado da região e um dos mais regulados em termos de tarifas, restrições à importação e regras de conteúdo local (Pérez Ludeña, op. cit.; p. 15 – tradução nossa).<sup>4</sup>

Muitas das empresas chinesas que investem na indústria manufatureira latino-americana importam da China componentes pré-fabricados e fazem apenas a montagem do produto final no mesmo país latino-americano no qual este produto será vendido. Tais empresas, por conseguinte, demandam das indústrias latino-americanas somente o estritamente necessário

<sup>4</sup> Apesar de ser extremamente incomum o investimento direto chinês na América Latina visar a produção de manufaturas para exportação, a China se tornou proprietária de indústrias mexicanas que produzem para o mercado mundial ao adquirir empresas estadunidenses que eram proprietárias destas mesmas indústrias (Pérez Ludeña, 2017).

para o obediência de regras de conteúdo local,<sup>5</sup> de modo que os investimentos chineses no setor manufatureiro da região pouco contribuem para integrá-la às cadeias globais de valor, segundo Pérez Ludeña (op. cit.).

Entre 2010 e 2018, o setor de serviços foi responsável por 36,21% dos fluxos de investimento direto chinês para a América Latina e por 34,88% dos empregos criados por este investimento. Entretanto, a rentabilidade média dos investimentos diretos da China no subcontinente caiu de um patamar próximo de 9%, no período de 2008 a 2011, para menos de 5%, em 2017. Diversificaram-se ainda os países de destino destes investimentos. Em 2018, o Chile captou 63,03% do IED chinês em países latino-americanos, e o Peru, 16,31%. De 2000 a 2018, as estatais chinesas responderam por 79% dos investimentos diretos da China na América Latina. Porém, a participação das estatais nestes investimentos tem diminuído rapidamente. Em 2018, só 6,3% dos investimentos diretos da China na América Latina foram feitos por empresas estatais. Os investimentos diretos de estatais chinesas na região são mais capital-intensivos que os de empresas privadas chinesas, ou seja, geram menos empregos (Dussel Peters, op. cit.).

Finalmente, a China tem sido ainda uma importante fonte de empréstimos às economias latino-americanas, especialmente a partir de 2005. De modo geral, os empréstimos internacionais chineses prescindem das condicionalidades econômicas e políticas típicas daqueles concedidos por organismos multilaterais como, por exemplo, o FMI, embora sejam frequentemente negociados em troca do envolvimento de empresas chinesas nos projetos financiados, da aquisição de produtos chineses ou da exportação de matérias-primas para a China. Garantias de fornecimento de petróleo a esta última são uma contrapartida usual dos empréstimos chineses a países latino-americanos. Estes empréstimos ainda são parte do processo de “internacionalização controlada” do renminbi. De 2007 a 2015, os empréstimos chineses à América Latina somaram US\$ 126,2 bilhões. 93% destes empréstimos foram contraídos por Argentina, Brasil, Equador e Venezuela, e 52% por esta última, especificamente. No mesmo período, o Banco de Desenvolvimento da China foi responsável por 81% dos empréstimos que a China fez a estes quatro países latino-americanos, e o Banco de Exportação e Importação da China, pelos outros 19% (Barragán e Castillo, 2017; Cintra e Pinto, 2017; Hiratuka, 2018; Hung, 2018).

---

<sup>5</sup> “Em 2011, o governo do Brasil aumentou em 30% os impostos sobre carros com menos de 65% de conteúdo local e, como consequência, a JAC suspendeu temporariamente a construção de sua fábrica lá” (Pérez Ludeña, 2017; p. 16 – tradução nossa).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recente processo de emergência da China foi possibilitado pela forma particular assumida pela restauração capitalista do país, que preservou o regime burocrático unipartidário, a despeito de ter modificado o caráter de classe do Estado instaurado no ato da Revolução de 1949. A abolição da grande propriedade fundiária, a progressiva ampliação da parcela da economia chinesa sob controle do Estado e a planificação, possibilitada por tal ampliação, removeram os principais obstáculos à industrialização do país. Esta, no entanto, foi lograda por meio de grandes sacrifícios e privações a que o proletariado e o campesinato chineses foram submetidos por força das deformações burocráticas do Estado operário chinês; do isolamento do país, que impedia a obtenção de financiamento externo; e da ruptura sino-soviética.

Em que pesem as perdas econômicas e humanitárias causadas por episódios como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, o período maoísta tornou a China apta a se beneficiar da crise capitalista global da década de 1970, atraindo para si os capitais sobreacumulados, isto é, que não encontravam oportunidades de se valorizar no Ocidente. A oferta de mão de obra barata da China e de outras localidades da Ásia foi crucial para a recuperação dos patamares declinantes de rentabilidade do capital. A consequente fragmentação internacional dos processos de produção industrial acelerou sobremaneira o crescimento econômico de tais localidades. Em contrapartida, a industrialização da América Latina regrediu, e as características primário-exportadoras das economias do subcontinente se reforçaram, inclusive, de maneira a atender a demanda de países asiáticos por commodities, suscitada pela própria exportação manufatureira destes países, que motorizou o crescimento da economia mundial sob o esquema “Chinamérica”.

A consolidação da abertura econômica chinesa evidenciou-se, na década de 1990, por efeito da perda de competitividade internacional dos Tigres Asiáticos e, sobretudo, da derrota infligida pela burocracia mao-dengista, em 1989, sobre as forças da sociedade chinesa que resistiam à restauração do capitalismo, ao que se seguiu um massivo influxo de IED no país. O caráter capitalista que a China adquiriu nos anos subsequentes ao Massacre de Tiananmen manifesta-se em numerosas dimensões: *i*) na descoletivização das terras e nas demais medidas de desmantelamento da proteção social e mercantilização dos serviços públicos, que “quebraram” a *tigela de arroz de ferro*, tornando a sociedade chinesa bastante desigual; *ii*) na dualização da classe trabalhadora chinesa, ou seja, na negação *de facto* e, em menor medida, também *de jure* dos direitos trabalhistas e sociais dos migrantes internos chineses, cuja

contribuição ao fenômeno da “arbitragem global do trabalho” atesta a coincidência de sentido entre os acontecimentos da China, da URSS e dos países da Europa oriental, nas décadas críticas de 1980 e 1990; e *iii*) nas privatizações dos anos 1990, que engendraram uma classe capitalista doméstica, umbilicalmente atrelada ao PCCh.

É em prol desta nova burguesia que governa a burocracia chinesa e, ainda que uma liberalização maior da economia chinesa possa interessar a um ou outro capitalista individual ou fração da classe capitalista doméstica, esta classe como um todo não pode prescindir da burocracia, pois é o poder político desta, preservado pela restauração, que dota o Estado chinês de uma capacidade ímpar de intervir no processo de acumulação capitalista, permitindo à economia chinesa desvencilhar-se parcialmente da lei do valor. Inserindo-se nas cadeias globais de valor a partir dos elos mais trabalho-intensivos destas cadeias, a China pôde não só se tornar o maior produtor e exportador mundial de manufaturas, como também sofisticar progressivamente o tecido produtivo do país. O quão *parcialmente* a economia chinesa desvencilhou-se da lei do valor expressa-se na elevação dos patamares de endividamento do país, que resultou, em grande medida, das políticas de “rebalanceamento” de tal economia, motivadas pelos efeitos contracionistas da crise de 2008 sobre o comércio internacional, políticas estas que visam a ampliação a demanda doméstica de consumo e redução das severas desigualdades sociais e regionais da China, entre outros fins.

O controle do Estado chinês sobre o sistema financeiro e a conta de capitais do país e a manutenção de empresas sob propriedade deste Estado em “nós” estratégicos da economia chinesa revelou-se de suma importância para tais políticas. Ademais, a atuação do Estado chinês foi indispensável para a expansão dos investimentos diretos da China no exterior, que também visa a distintos fins, um dos quais é mitigar os efeitos depressivos da crise sobre os níveis de utilização da capacidade produtiva chinesa, em especial, a da indústria pesada. Conforme assinala o capítulo 3, o estoque de tais investimentos multiplicou-se por 71 em um intervalo de 18 anos e se tornou o terceiro maior do mundo. A proximidade do valor do IED emitido e recebido pela China é um dos traços que a assemelha a uma potência imperialista, apesar de o país não poder ser plenamente caracterizado como tal, por ser débil em outros âmbitos, como o tecnológico e o militar, em comparação com as potências imperialistas de fato. A despeito destas fragilidades, a crescente projeção econômica e geopolítica da China sobre o mundo já é um fator de tensionamento das relações internacionais, particularmente, entre este país e os EUA.

Outro objetivo primordial dos investimentos chineses no exterior é a satisfação da demanda chinesa por commodities, incrementada pela aceleração do processo de

industrialização e, principalmente, de urbanização do país, a partir dos anos 1990. As exportações latino-americanas de tais produtos para a China também foram fundamentais para o dinamismo econômico chinês das últimas décadas. Desde que a China aderiu à OMC, a corrente do comércio chinês com a América Latina cresceu 17 vezes, enquanto a corrente comercial total do país cresceu “só” 6 vezes. Comparando-se as pautas de exportação e importação chinesas de e para os três principais parceiros comerciais do país no subcontinente, a diversidade das exportações chinesas contrasta com a concentração das dos países latino-americanos em produtos agrícolas e minerais, salvo no caso mexicano. A competitividade das exportações manufatureiras da China é, aliás, um fator de regressão industrial da América Latina, na medida em que tais exportações concorrem com a produção manufatureira latino-americana tanto nos mercados deste mesmo subcontinente quanto no mercado mundial.

Depois da Ásia, a América Latina é o principal destino dos investimentos diretos chineses, conforme consta na tabela 1. A princípio, os investimentos diretos da China no subcontinente concentraram-se nos setores mineral, energético e, sobretudo, petrolífero. No entanto, houve uma diversificação considerável dos setores receptores do IED chinês na América Latina a partir de 2011, de modo que os investimentos em infraestrutura, na indústria manufatureira e no setor de serviços tornaram-se mais relevantes. O IED chinês no setor manufatureiro latino-americano tenciona, via de regra, a instalação da etapa de montagem do produto final no país onde este produto será vendido. A China é também uma importante fonte de financiamento das economias latino-americanas. Tal financiamento é comumente cedido em troca da participação de empresas chinesas nos projetos financiados, da aquisição de produtos chineses ou de garantias de fornecimento de petróleo ou matérias-primas. Embora a China não possa ser considerada um país imperialista *tout court*, as relações econômicas China-América Latina são de natureza tipicamente “Norte-Sul”, uma realidade que é, obviamente, dissimulada pela política externa chinesa.

Em resumo, intentou-se demonstrar que a ascensão chinesa explica-se pelas especificidades do processo de restauração capitalista do país e pelas transformações da economia global ocasionadas pela crise dos anos 1970, que acarretaram a regressão industrial da América Latina e reestabeleceram, assim, o papel primário-exportador das economias da região na divisão internacional do trabalho, tornando-as vitais para sustentar o dinamismo econômico da China, suprindo a ciclópica demanda do país por commodities variadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAMONTE, Emilio. MAIELLO, Matías. **Estrategia socialista y arte militar**. Buenos Aires: IPS, 2017.
- BARRAGÁN, Juan Manuel Gil; CASTILLO, Andrés Aguilera. “**China and Latin America: Strategic Partners or Competitors?**”. In: *Rev. esc.adm.neg.*, n. 82, p. 73-90, jan-jul 2017.
- BERNAL-MEZA, Raúl. “**China and Latin America Relations: The Win-Win Rhetoric**”. In: *Journal of China and International Relations*, edição especial, p. 27-43, 2016.
- BRAGA, João Pedro; NOGUEIRA, Isabela. “**Mercado de trabalho e salário mínimo na China**”. In: *Geosul*, v. 35, n. 77, p. 49-72, dez 2020.
- CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. Jundiaí: Paco, 2018.
- CHAN, Jenny; NGAI, Pun; SELDEN, Mark. “**The Politics of Global Production: Apple, Foxconn and China’s New Working Class**”. In: *New Technology, Work and Employment*, v. 28, n. 2, p. 100-115, jul 2013.
- CHINGO, Juan. “**Crisis y contradicciones del capitalismo del siglo XXI**”. [2007-8] Disponível em: <[https://www.ft-ci.org/IMG/pdf/02\\_economia.pdf](https://www.ft-ci.org/IMG/pdf/02_economia.pdf)>. Acesso em: mar 2022.
- CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. “**China em transformação**”. In: *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 2 (147), p. 381-400, abr-jun 2017.
- CORSI, Francisco Luiz; dos SANTOS, Agnaldo; CAMARGO, José Marangoni. “**A América Latina: ciclo de commodities e crise do capitalismo global**”. In: *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 8., n. 15, p. 168-194, jan-jun 2019
- COSTA, Simone Kawakami Gonçalves. **Uma análise da ascensão chinesa a partir da teoria do imperialismo**. Dissertação (mestrado): Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014.
- DEMIER, Felipe. “**A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira**”. In: *Outubro*, n. 16, p. 74-107, 2º sem. 2007.
- DUSSEL PETERS, Enrique. “China’s OFDI in Latin America and the Caribbean (2000-2018): Debates and General Tendencies”. In: \_\_\_\_ (org). **China’s Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: Conditions and Challenges**. Cidade do México: Facultad de Economía – Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 2019; p. 105-120.
- GALA, Paulo. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.
- HIRATUKA, Celio. “**Changes in the Chinese Development Strategy After the Global Crisis and its Impacts in Latin America**”. In: *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, jan-abr 2018. DOI: 10.1590/198055272214.

HUNG, Ho-fung. “**A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global**”. In: *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, jan-abr 2018. DOI: 10.1590/198055272213.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LI Xing. “**The Expansion of China’s Global Hegemonic Strategy: Implications for Latin America**”. In: *Journal of China and International Relations*, edição especial, p. 1-26, 2016.

LÖWY, Michael. “**A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**”. In: *Outubro*, n. 1, p. 73-80, 1998.

MACIEL, Cleiton Ferreira; MOURA, Jeanne Mariel Brito de. “**“De Mao a pior?” A questão trabalhista na China contemporânea**”. In: *Novos Cadernos NAEA*, v. 17, n. 2, p. 141-166, dez 2014.

MARINI, Ruy Mauro. “Proceso y tendencias de la globalización capitalista” In: MARTINS, Carlos Eduardo (org.) **Ruy Mauro Marini: América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires: CLASCO; Cidade do México: Siglo XXI, 2015; p. 247-271.

MARX, Karl. **O capital: livro III – O processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. “**Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos**”. In: *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 1 (138), p. 28-42, jan-mar 2015.

MERCATANTE, Esteban. **El imperialismo en tiempos de desorden mundial**. Buenos Aires: IPS, 2021.

MERCATANTE, Esteban. “Capitalismo y desarrollo desigual, ¿una desmentida al imperialismo?”. In: **El imperialismo en tiempos de desorden mundial**. Buenos Aires: IPS, 2021a; p. 45-50.

MERCATANTE, Esteban. “Desarrollo desigual y imperialismo hoy: discutiendo con los planteos de David Harvey”. In: **El imperialismo en tiempos de desorden mundial**. Buenos Aires: IPS, 2021b; p. 59-70.

MERCATANTE, Esteban. “Los contornos del capitalismo en China”. In: **El imperialismo en tiempos de desorden mundial**. Buenos Aires: IPS, 2021c; p. 159-173.

MERCATANTE, Esteban “China y el imperialismo: elementos para el debate”. In: **El imperialismo en tiempos de desorden mundial**. Buenos Aires: IPS, 2021d; p. 183-205.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. “**Contribuições da Era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa**”. In: *Revista de Economia Contemporânea*, v. 16, n. 2, p. 359-378, mai/ago 2012.

NOGUEIRA, Isabela. “**Acumulação, distribuição e estratégia sob Mao: legados do maoísmo para o desenvolvimento da China**”. In: *Carta Internacional*, v. 14, n. 2, 2019, p. 25-51.

NOGUEIRA, Isabela. “**Estado e capital em uma China com classes**”. In: *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, jan-abr 2018. DOI: 10.1590/198055272211.

NOGUEIRA, Isabela; GUIMARÃES, João Victor; BRAGA, João Pedro. “**Inequalities and Capital Accumulation in China**”. In: *Revista de Economia Política*, v. 39, n. 3 (156), p. 449-469, jul-set 2019.

PÉREZ LUDEÑA, Miguel. **Chinese Investments in Latin America: Opportunities for Growth and Diversification**. ECLAC [CEPAL] – Production Development Series, n. 208, 2017.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. (Col. Revoluções do Século XX) São Paulo: Editora Unesp, 2003 (ebook).

SEOW, Beiyi. “Entenda a crise da Evergrande e seu rebaixamento pela Fitch”. **Folha de São Paulo**. 09 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.br/mercado/2021/12/entenda-a-crise-da-evergrande-e-seu-rebaixamento-pela-fitch.shtml>>. Acesso: mai 2022.

TRÓTSKI, Leon. **Stálin, o grande organizador de derrotas: a Internacional Comunista depois de Lênin**. São Paulo: Iskra, 2020.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. São Paulo: Global, 1980.

## APÊNDICE

Quadro 1 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o Brasil

(continua)		
ANO	PRODUTOS	TOTAL
2002	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 25,13%; 2. Combustíveis minerais, óleos e ceras (27 HS2): 16,81%; 3. Maquinário industrial (84 HS2): 10,51%; 4. Químicos orgânicos (29 HS2): 9,46%; 5. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 3,28%.	65,19%
2003	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 29,73%; 2. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 16,60%; 3. Maquinário industrial (84 HS2): 10,22%; 4. Químicos orgânicos (29 HS2): 8,38%; 5. Filamentos sintéticos (54 HS2): 4,42%.	69,35%
2004	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 29,26%; 2. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 13,55%; 3. Maquinário industrial (84 HS2): 10,69%; 4. Químicos orgânicos (29 HS2): 7,26%; 5. Filamentos sintéticos (54 HS2): 5,49%.	66,25%
2005	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 33,97%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 13,28%; 3. Químicos orgânicos (29 HS2): 6,70%; 4. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 5,23%; 5. Filamentos sintéticos (54 HS2): 4,05%.	63,23%
2006	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 33,89%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 15,88%; 3. Químicos orgânicos (29 HS2): 5,68%; 4. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 4,23%; 5. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 2,88%.	62,56%
2007	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 26,10%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 16,42%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 6,14%; 4. Químicos orgânicos (29 HS2): 4,93%; 5. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 4,21%.	57,80%
2008	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 24,99%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 16,91%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 7,26%; 4. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 6,22%; 5. Químicos orgânicos (29 HS2): 5,56%.	60,94%
2009	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 27,60%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 19,54%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 8,02%; 4. Químicos orgânicos (29 HS2): 6,43%; 5. Veículos (87 HS2): 3,06%.	64,65%

Quadro 1 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o Brasil

(continuação)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2010	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 24,49%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 20,05%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 6,95%; 4. Químicos orgânicos (29 HS2): 4,55%; 5. Ferro e aço (72 HS2): 4,55%.	61,02%
2011	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 24,62%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 18,86%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 5,46%; 4. Veículos (87 HS2): 4,87%; 5. Químicos orgânicos (29 HS2): 4,54%.	57,99%
2012	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 23,43%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 19,76%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 5,16%; 4. Químicos orgânicos (29 HS2): 4,84%; 5. Artigos de ferro ou aço (73 HS2): 3,03%.	56,22%
2013	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 24,95%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 18,90%; 3. Químicos orgânicos (29 HS2): 5,41%; 4. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 4,69%; 5. Veículos (87 HS2): 3,06%.	57,10%
2014	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 23,56%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 16,92%; 3. Químicos orgânicos (29 HS2): 5,44%; 4. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 4,40%; 5. Ferro e aço (72 HS2): 3,74%.	54,06%
2015	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 21,48%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 14,57%; 3. Químicos orgânicos (29 HS2): 6,04%; 4. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 5,02%; 5. Vestuário não-"tricotado" (62 HS2): 3,79%.	50,90%
2016	1. Máquinas e equipamentos industriais (85 HS2): 25,73%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 13,98%; 3. Químicos orgânicos (29 HS2): 7,50%; 4. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 4,65%; 5. Plásticos (39 HS2): 3,34%.	55,20%
2017	1. Máquinas e equipamentos eletrônicos (85 HS2): 27,20%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 13,56%; 3. Químicos orgânicos (29 HS2): 7,01%; 4. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 4,68%; 5. Veículos (87 HS2): 3,29%.	55,73%
2018	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 24,65%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 12,34%; 3. Químicos orgânicos (29 HS2): 7,27%; 4. Embarcações (89 HS2): 7,08%; 5. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 4,40%.	55,74%

Quadro 1 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o Brasil

(conclusão)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2019	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 25,11%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 13,14%; 3. Embarcações (89 HS2): 8,63%; 4. Químicos orgânicos (29 HS2): 7,03%; 5. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 4,17%.	58,08%

Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Quadro 2 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o Chile

(continua)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2002	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 14,49%; 2. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 12,97%; 3. Vestuário, tricotado (61 HS2): 11,89%; 4. Calçados (64 HS2): 10,63%; 5. Maquinário industrial (84 HS2): 7,30%.	56,98%
2003	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 14,89%; 2. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 14,55%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 11,55%; 4. Calçados (64 HS2): 8,85%; 5. Maquinário industrial (84 HS2): 7,32%.	57,16%
2004	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 15,31%; 2. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 14,30%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2) (11,94%); 4. Calçados (64 HS2): 8,50%; 5. Maquinário industrial (84 HS2): 7,63%.	57,68%
2005	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 14,72%; 2. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 12,11%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 10,75%; 4. Maquinário industrial (84 HS2): 10%; 5. Calçados (64 HS2): 7,97%.	55,55%
2006	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 14,11%; 2. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 11,38%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 10,48%; 4. Maquinário industrial (84 HS2): 10,37%; 5. Calçados (64 HS2): 6,98%.	53,32%
2007	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 13,96%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 12,24%; 3. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 9,98%; 4. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 9,93%; 5. Calçados (64 HS2): 6,21%.	52,32%

Quadro 2 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o Chile

(continuação)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2008	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 14,00%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 11,46%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 8,96%; 4. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 8,35%; 5. Calçados (64 HS2): 5,28%.	48,05%
2009	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 15,60%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 15,15%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 9,69%; 4. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 9,22%; 5. Calçados (64 HS2): 6,35%.	56,01%
2010	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 14,99%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 12,54%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 9,76%; 4. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 8,06%; 5. Calçados (64 HS2): 5,98%.	51,33%
2011	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 15,40%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 12,12%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 10,09%; 4. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 8,60%; 5. Veículos (87 HS2): 6,46%.	52,67%
2012	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 14,12%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 11,85%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 9,69%; 4. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 7,79%; 5. Veículos (87 HS2): 6,27%.	49,72%
2013	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 14,98%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 11,48%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 9,56%; 4. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 8,12%; 5. Veículos (87 HS2): 7,38%.	51,52%
2014	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 15,87%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 10,30%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 9,64%; 4. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 8,39%; 5. Ferro e aço (72 HS2): 5,82%.	51,02%
2015	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 18,98%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 9,33%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 8,49%; 4. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 7,67%; 5. Calçados (64 HS2): 5,15%.	49,62%
2016	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 17,82%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 9,67%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 8,51%; 4. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 8,27%; 5. Calçados (64 HS2): 5,38%.	49,65%

Quadro 2 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o Chile

(conclusão)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2017	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 15,75%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 9,64%; 3. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 9,17%; 4. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 8,80%; 5. Calçados (64 HS2): 5,40%.	48,76%
2018	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 15,88%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 8,83%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 8,47%; 4. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 7,84%; 5. Veículos (87 HS2): 6,36%.	47,38%
2019	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 16,82%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 10,03%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 7,35%; 4. Veículos (87 HS2): 6,91%; 5. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 6,90%.	48,01%

Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Quadro 3 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o México

(continua)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2002	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 26,80%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 16,41%; 3. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 8,42%; 4. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 6,34%; 5. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 3,47%.	61,44%
2003	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 25,92%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 19,17%; 3. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 7,20%; 4. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 3,40%; 5. Algodão (52 HS2): 2,75%.	58,44%
2004	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 25,00%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 18,46%; 3. Vestuário, não "tricotado" (62 HS2): 4,94%; 4. Outros (99 HS2): 4,97%; 5. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 4,02%.	57,43%
2005	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 27,70%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 19,44%; 3. Bens fotográficos e cinematográficos (37 HS2): 3,61%; 4. Veículos (87 HS2): 3,23%; 5. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 3,14%.	57,21%

Quadro 3 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o México

(continuação)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2006	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 26,92%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 20,67%; 3. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 5,56%; 4. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 3,67%; 5. Ferro e aço (72 HS2): 3,43%.	59,84%
2007	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 27,50%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 21,91%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 6,08%; 4. Vestuário, "tricotado" (61 HS2): 5,31%; 5. Veículos (87 HS2): 3,43%.	64,23%
2008	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 29,19%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 22,68%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 6,32%; 4. Veículos (87 HS2): 3,87%; 5. Brinquedos (95 HS2): 3,18%.	65,24%
2009	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 29,47%; 2. Maquinário industrial (84 HS2) (25,73%); 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 9,86%; 4. Veículos (87 HS2): 3,30%; 5. Químicos orgânicos (29 HS2): 2,61%.	70,97%
2010	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 30,08%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 22,75%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 10,58%; 4. Veículos (87 HS2): 3,70%; 5. Químicos orgânicos (29 HS2): 2,29%.	69,40%
2011	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 28,04%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 20,30%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 10,21%; 4. Alumínio (76 HS2): 5,76%; 5. Veículos (87 HS2): 3,39%.	67,70%
2012	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 26,44%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 19,26%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 10,45%; 4. Alumínio (76 HS2): 5,06%; 5. Veículos (87 HS2): 3,85%.	65,06%
2013	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 29,41%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 20,51%; 3. Aparatos (médicos, ópticos, etc.) (90 HS2): 9,61%; 4. Veículos (87 HS2): 3,94%; 5. Mobiliário (94 HS2): 2,37%.	65,84%
2014	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 26,74%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 20,74%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 9,24%; 4. Veículos (87 HS2): 4,76%; 5. Mobiliário (94 HS2): 2,54%.	64,02%

Quadro 3 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens da China para o México

(conclusão)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2015	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 26,32%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 20,03%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 8,92%; 4. Veículos (87 HS2): 5,15%; 5. Mobiliário (94 HS2): 2,81%.	63,23%
2016	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 27,64%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 20,85%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 10,28%; 4. Veículos (87 HS2): 5,53%; 5. Mobiliário (94 HS2): 2,50%.	66,80%
2017	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 35,40%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 18,59%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 8,17%; 4. Veículos (87 HS2): 6,25%; 5. Brinquedos (95 HS2): 2,69%.	71,10%
2018	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 35,01%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 18,47%; 3. Veículos (87 HS2): 7,11%; 4. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 6,29%; 5. Brinquedos (95 HS2): 2,80%.	69,68%
2019	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 33,50%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 18,70%; 3. Veículos (87 HS2): 7,33%; 4. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 6,42%; 5. Brinquedos (95 HS2): 3,16%.	69,11%

Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Quadro 4 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do Brasil para a China

(continua)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2002	1. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 31,20%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 24,02%; 3. Ferro e aço (72 HS2): 5,52%; 4. Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais (15 HS2): 4,89%; 5. Maquinário industrial (84 HS2): 4,69%.	70,32%
2003	1. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 28,12%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 18,86%; 3. Ferro e aço (72 HS2): 15,56%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 5,57%; 5. Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais (15 HS2): 5,52%.	72,63%

Quadro 4 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do Brasil para a China

(continuação)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2004	1. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 28,51%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 22,01%; 3. Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais (15 HS2): 8,64%; 4. Ferro e aço (72 HS2): 7,57%; 5. Polpa de celulose (47 HS2): 4,82%.	71,55%
2005	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 28,78%; 2. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 24,42%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 7,70%; 4. Ferro e aço (72 HS2): 7,31%; 5. Maquinário industrial (84 HS2): 4,12%.	72,33%
2006	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 33,77%; 2. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 27,25%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 9,14%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 4,42%; 5. Couro e peles (41 HS2): 4,37%.	78,95%
2007	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 39,50%; 2. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 24,57%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 7,05%; 4. Couro e peles (41 HS2): 4,61%; 5. Polpa de celulose (47 HS2): 3,61%.	79,34%
2008	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 38,62%; 2. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 29,44%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 8,92%; 4. Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais (15 HS2): 4,40%; 5. Polpa de celulose (47 HS2): 3,76%.	85,14%
2009	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 41,61%; 2. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 28,30%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 6,08%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 4,97%; 5. Ferro e aço (72 HS2): 4,70%.	85,66%
2010	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 45,64%; 2. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 22,35%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 12,28%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 3,92%; 5. Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais (15 HS2): 2,46%.	85,65%
2011	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 46,50%; 2. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 24,04%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 10,53%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 3,07%; 5. Açúcar e doces (17 HS2): 2,65%.	86,79%
2012	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 39,26%; 2. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 28,12%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 10,67%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 3,02%; 5. Açúcar e doces (17 HS2): 2,44%.	83,51%

Quadro 4 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do Brasil para a China

(conclusão)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2013	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 37,37%; 2. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 36,42%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 8,12%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 3,36%; 5. Açúcar e doces (17 HS2): 2,93%.	88,20%
2014	1. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 38,78%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 33,15%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 8,93%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 4,18%; 5. Açúcar e doces (17 HS2): 1,95%.	86,99%
2015	1. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 42,52%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 21,42%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 11,64%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 5,28%; 5. Carne (02 HS2): 2,85%.	83,71%
2016	1. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 37,57%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 24,05%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 11,62%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 5,85%; 5. Carne (02 HS2): 4,66%.	81,75%
2017	1. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 39,93%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 25,68%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 15,44%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 5,48%; 5. Carne (02 HS2): 3,53%.	90,06%
2018	1. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 41,21%; 2. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 22,14%; 3. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 19,69%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 5,70%; 5. Carne (02 HS2): 3,93%.	92,64%
2019	1. Sementes e frutas oleaginosas (12 HS2): 31,06%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 25,18%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 24,04%; 4. Carne (02 HS2): 6,39%; 5. Polpa de celulose (47 HS2): 5,07%.	91,74%

Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Quadro 5 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do Chile para a China

(continua)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2002	1. Cobre (74 HS2): 52,69%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 15,66%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 14,35%; 4. Resíduos alimentícios e ração animal (23 HS2): 7,20%; 5. Químicos inorgânicos (28 HS2): 2,15%.	92,05%
2003	1. Cobre (74 HS2): 53,89%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 22,09%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 9,51%; 4. Resíduos alimentícios e ração animal (23 HS2): 4,72%; 5. Químicos inorgânicos (28 HS2): 2,02%.	92,23%
2004	1. Cobre (74 HS2): 53,51%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 26,94%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 9,15%; 4. Resíduos alimentícios e ração animal (23 HS2): 2,75%; 5. Químicos inorgânicos (28 HS2): 1,58%.	93,93%
2005	1. Cobre (74 HS2): 42,88%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 39,87%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 7,48%; 4. Resíduos alimentícios e ração animal (23 HS2): 3,90%; 5. Químicos inorgânicos (28 HS2): 1,15%.	95,29%
2006	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 45,03%; 2. Cobre (74 HS2): 38,75%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 6,22%; 4. Resíduos alimentícios e ração animal (23 HS2): 3,07%; 5. Químicos orgânicos (29 HS2): 1,86%.	94,93%
2007	1. Cobre (74 HS2): 54,18%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 33,18%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 6,74%; 4. Resíduos alimentícios e ração animal (23 HS2): 2,06%; 5. Químicos inorgânicos (28 HS2): 1,14%.	97,30%
2008	1. Cobre (74 HS2): 51,56%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 33,03%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 7,69%; 4. Resíduos alimentícios e ração animal (23 HS2): 2,50%; 5. Químicos inorgânicos (28 HS2): 1,32%.	96,10%
2009	1. Cobre (74 HS2): 60,85%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 21,18%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 7,22%; 4. Resíduos alimentícios e ração animal (23 HS2): 2,67%; 5. Frutas e castanhas (08 HS2): 1,25%.	93,17%
2010	1. Cobre (74 HS2): 61,74%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 28,04%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 4,02%; 4. Resíduos alimentícios e ração animal (23 HS2): 1,28%; 5. Frutas e castanhas (08 HS2): 1,27%.	96,35%

Quadro 5 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do Chile para a China

(continuação)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2011	1. Cobre (74 HS2): 61,45%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 26,80%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 4,88%; 4. Frutas e castanhas (08 HS2): 1,89%; 5. Resíduos alimentícios e ração animal (23 HS2): 1,01%.	96,03%
2012	1. Cobre (74 HS2): 58,04%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 28,34%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 4,85%; 4. Frutas e castanhas (08 HS2): 2,73%; 5. Químicos inorgânicos (28 HS2): 1,58%.	86,38%
2013	1. Cobre (74 HS2): 48,96%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 35,61%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 5,49%; 4. Frutas e castanhas (08 HS2): 2,94%; 5. Químicos inorgânicos (28 HS2): 1,22%.	94,22%
2014	1. Cobre (74 HS2): 50,24%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 33,30%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 5,75%; 4. Frutas e castanhas (08 HS2): 3,79%; 5. Madeira (44 HS2): 1,31%.	94,39%
2015	1. Cobre (74 HS2): 47,30%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 33,35%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 6,45%; 4. Frutas e castanhas (08 HS2): 5,01%; 5. Madeira (44 HS2): 1,33%.	93,44%
2016	1. Cobre (74 HS2): 41,84%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 36,21%; 3. Frutas e castanhas (08 HS2): 6,50%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 6,42%; 5. Madeira (44 HS2): 1,74%.	92,71%
2017	1. Cobre (74 HS2): 40,03%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 39,29%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 6,75%; 4. Frutas e castanhas (08 HS2): 4,81%; 5. Madeira (44 HS2): 1,84%.	92,72%
2018	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 40,78%; 2. Cobre (74 HS2): 37,29%; 3. Polpa de celulose (47 HS2): 7,63%; 4. Frutas e castanhas (08 HS2): 6,10%; 5. Pescados (03 HS2): 1,70%.	93,50%

Quadro 5 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do Chile para a China

(conclusão)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2019	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 47,23%; 2. Cobre (74 HS2): 26,68%; 3. Frutas e castanhas (08 HS2): 7,94%; 4. Polpa de celulose (47 HS2): 6,21%; 5. Carne (02 HS2): 1,75%	92,31%

Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).

Quadro 6 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do México para a China

(continua)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2002	1. Maquinário industrial (84 HS2): 40,16%; 2. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 27,45%; 3. Químicos orgânicos (29 HS2): 5,71%; 4. Fibras sintéticas ou artificiais (55 HS2): 3,83%; 5. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 2,86%.	80,01%
2003	1. Maquinário industrial (84 HS2): 29,58%; 2. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 26,11%; 3. Ferro e aço (72 HS2): 11,63%; 4. Químicos orgânicos (29 HS2): 7,43%; 5. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 4,15%.	78,89%
2004	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 30,64%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 23,11%; 3. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 9,24%; 4. Ferro e aço (72 HS2): 8,34%; 5. Químicos orgânicos (29 HS2): 6,43%.	77,76%
2005	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 31,34%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 20,46%; 3. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 8,12%; 4. Químicos orgânicos (29 HS2): 7,08%; 5. Cobre (74 HS2): 5,40%.	72,40%
2006	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 32,46%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 19,03%; 3. Cobre (74 HS2): 9,84%; 4. Veículos (87 HS2): 7,61%; 5. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 7,01%.	75,95%
2007	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 36,60%; 2. Maquinário industrial (84 HS2): 14,21%; 3. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 10,57%; 4. Cobre (74 HS2): 7,11%; 5. Veículos (87 HS2): 6,29%.	74,78%

Quadro 6 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do México para a China

(continuação)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2008	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 35,72%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 21,09%; 3. Maquinário industrial (84 HS2): 11,49%; 4. Cobre (74 HS2): 5,63%; 5. Veículos (87 HS2): 5,40%.	79,33%
2009	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 33,68%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 19,96%; 3. Maquinário industrial (84 HS2): 9,89%; 4. Veículos (87 HS2): 6,86%; 5. Cobre (74 HS2): 6,45%.	76,84%
2010	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 25,60%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 19,75%; 3. Veículos (87 HS2): 11,18%; 4. Cobre (74 HS2): 10,23%; 5. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 9,24%.	76,00%
2011	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 23,01%; 2. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 20,67%; 3. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 13,21%; 4. Veículos (87 HS2): 11,32%; 5. Cobre (74 HS2): 9,21%.	77,42%
2012	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 26,09%; 2. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 22,02%; 3. Veículos (87 HS2): 12,96%; 4. Cobre (74 HS2): 8,03%; 5. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 8,00%.	77,10%
2013	1. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 24,98%; 2. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 22,86%; 3. Veículos (87 HS2): 19,30%; 4. Combustíveis, óleos e ceras minerais (27 HS2): 7,92%; 5. Cobre (74 HS2): 5,54%.	80,60%
2014	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 27,13%; 2. Veículos (87 HS2): 22,75%; 3. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 19,47%; 4. Maquinário industrial (84 HS2): 7,01%; 5. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 5,01%.	81,37%
2015	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 32,50%; 2. Veículos (87 HS2): 18,03%; 3. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 18,38%; 4. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 7,63%; 5. Outros (99 HS2): 6,06%.	77,60%

Quadro 6 – Participação dos cinco principais produtos sobre as exportações totais de bens do México para a China

(conclusão)

<b>ANO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
2016	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 38,36%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 16,39%; 3. Veículos (87 HS2): 12,87%; 4. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 9,90%; 5. Maquinário industrial (84 HS2): 6,05%.	83,57%
2017	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 40,94%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 16,02%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 9,65%; 4. Veículos (87 HS2): 8,48%; 5. Cobre (74 HS2): 5,39%.	80,48%
2018	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 34,64%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 18,15%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 10,44%; 4. Veículos (87 HS2): 10,26%; 5. Cobre (74 HS2): 5,58%.	79,07%
2019	1. Máquinas e equipamentos elétricos (85 HS2): 32,34%; 2. Minérios, escória e cinzas (26 HS2): 21,15%; 3. Aparatos (ópticos, médicos, etc.) (90 HS2): 12,01%; 4. Veículos (87 HS2): 9,80%; 5. Maquinário industrial (84 HS2): 5,48%.	80,78%

Fonte: Atlas da Complexidade Econômica (elaboração própria).